

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL E EDUCAÇÃO AGRÍCOLA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR  
CAMONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**O GRUPO DE MULHERES DO PE CONCEIÇÃO: O  
TRABALHO, A GERAÇÃO DE RENDA E A  
AUTONOMIA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Juliana de Almeida Costa**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2011**

# **O GRUPO DE MULHERES DO PE CONCEIÇÃO: O TRABALHO, A GERAÇÃO DE RENDA E A AUTONOMIA**

**Juliana de Almeida Costa**

Trabalho de monografia apresentado ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo/Residência Agrária, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialização.**

**Orientador: Prof. Dr. Clayton Hillig**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Rurais  
Curso de Especialização em Agricultura Familiar  
Camponesa e Educação do Campo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**O GRUPO DE MULHERES DO PE CONCEIÇÃO: O TRABALHO, A  
GERAÇÃO DE RENDA E A AUTONOMIA**

elaborado por  
**Juliana de Almeida Costa**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Agricultura Familiar  
Camponesa e Educação do Campo**

**Comissão examinadora:**

---

**Claiton Hillig, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

---

**Marcos Antonio Fialho, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, Agosto de 2011.

## AGRADECIMENTOS

---

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao MST por mais essa oportunidade, assim como pela oportunidade de estar contribuindo junto à COPTec, experiência essa que enriquece minha vida a cada dia.

Também gostaria de agradecer aos meus pais, pela possibilidade de estudar desde pequena e por terem se desafiado a cuidar do nosso Ernesto para que eu pudesse retornar aos estudos.

Agradeço à Coordenação do Curso pelo comprometimento com a classe trabalhadora, pela ousadia de propor dentro da Universidade um curso nesse sentido e pela dedicação e paciência com a turma, tão diversa.

Também queria agradecer à equipe de professores em especial ao meu orientador, professor Clayton pela paciência e apoio demonstrados nos momentos mais delicados da trajetória.

Necessito agradecer aos colegas pelos momentos de convivência, aos que são mais que colegas, aos que são amigos, parentes que temos o direito de escolher, pela companhia, amor, carinho... Em especial aos colegas do eixo com os quais compartilhamos as angústias também.

E preciso fazer um agradecimento especial aos meus colegas de equipe técnica (Claudir, Graciele, João, Luciana, Geneci, Roberto, Rodrigo e Thiago), imprescindíveis para que este momento esteja acontecendo... Sem eles, sem o apoio, o carinho, a parceria, o comprometimento coletivo, compreensão e principalmente a solidariedade eu não estaria nesse momento tendo a oportunidade de apresentar um pouco do nosso trabalho.

E é claro agradecer ao grupo de mulheres da padaria “Novos Horizontes” pela disponibilidade e abertura em me permitir entrar nas suas vidas e a todas as famílias assentadas em Jóia e Tupanciretã pelo aprendizado e carinho nestes últimos oito anos.

Agradeço especialmente ao companheiro Alan pela compreensão, pelo apoio e principalmente pelo norte de contribuição no trabalho durante o tempo em que estive conosco compondo a equipe técnica.

Gostaria de dedicar esse trabalho a todas as mulheres trabalhadoras que de alguma forma superam todas as dificuldades da sociedade que nos oprime e conseguem ser protagonistas das próprias histórias, em especial àquelas que se organizam para buscar um mundo mais justo para toda a classe trabalhadora e são, a partir daí, protagonistas da História da humanidade.

## **RESUMO**

Monografia de Conclusão de Curso  
Curso de Especialização em Agricultura Familiar  
Camponesa e Educação do Campo  
Projeto Residência Agrária  
Convênio PRONERA/INCRA  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O GRUPO DE MULHERES DO PE CONCEIÇÃO: O TRABALHO, A GERAÇÃO DE RENDA E A AUTONOMIA**

Autora: Juliana de Almeida Costa

Orientador: Dr. Clayton Hillig

Data e Local da Defesa: Santa Maria, Agosto de 2011.

O presente trabalho faz um resgate histórico das experiências de Economia Solidária e da organização de trabalhadores para produção coletiva existentes no Brasil desde o Brasil Colônia até os dias atuais, apresentando as primeiras experiências de Economia Solidária com esta nomenclatura. Faz também um apanhado de algumas concepções de Economia Solidária existentes atualmente, contrapondo algumas delas entre si, além de focar o debate sobre as mulheres e a Economia Solidária e aponta as principais perspectivas existentes para essa outra economia existente. Também traz presente a Participação da Mulher na Sociedade, discutindo a origem da opressão de gênero dentro de uma lógica materialista histórica, focando logo em seguida para a participação das mulheres na Reforma Agrária e no MST, como uma experiência das mais avançadas no sentido de políticas afirmativas de participação feminina em espaços de tomada de decisão de movimentos sociais. Logo em seguida discute as mulheres na Economia Solidária, com uma perspectiva de libertação e construção da autonomia feminina. Busca fazer uma diferenciação entre a Economia Solidária e a Economia Solidária e Feminista e justificar a importância da última para o avanço das relações de gênero. Por fim, faz um estudo de caso do grupo de mulheres que deu origem e gesta a padaria Novos Horizontes, no assentamento Conceição, município de Tupanciretã. A pesquisa propõe-se a estudar os avanços e limites do grupo e a relação existente entre a padaria “Novos Horizontes” e a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (Coperterra) é uma das principais fortalezas existentes para o grupo, pois as mulheres não se encontram isoladas em um grupo de seis pessoas, são um braço de uma cooperativa que hoje tem mais de 200 sócios. Apesar de todo o processo, o grande desafio lançado para o próximo período está no grupo manter a organização interna e resgatar a organicidade, que de alguma forma foi um pouco esquecida em função das demandas produtivas impostas.

**Palavras-chave:** MST. Reforma Agrária. Mulheres. Economia Solidária.

## **ABSTRACT**

Monografia de Conclusão de Curso  
Curso de Especialização em Agricultura Familiar  
Camponesa e Educação do Campo  
Projeto Residência Agrária  
Convênio PRONERA/INCRA  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE WOMEN'S GROUP OF PE CONCEPTION: WORK, INCOME GENERATION AND AUTONOMY**

Author: Juliana da Costa Almeida

Advisor: Dr. Clayton Hillig

Date and place of defense: Santa Maria, August, 2011

This work is a historical experiences of the Solidarity Economy and the organization of workers to collective production existing in Brazil since the colonial Brazil until today, with the first experiments on Solidarity with this nomenclature. She is also a synopsis of some conceptions of the Solidarity Economy in use today, some of them contradicting each other, and focus the debate on women and the Solidarity Economy and the main points that other perspectives exist for the existing economy. This also brings the Participation of Women in Society, discussing the origin of gender oppression within a historical materialist logic, right after focusing on the participation of women in agrarian reform and the MST, as an experience of more advanced towards policies affirmative spaces for female participation in decision-making of social movements. Shortly thereafter discusses women in Solidarity Economy, with a prospect of liberation and construction of female autonomy. Seeks to differentiate between the Solidarity Economy and Solidarity Economy and Feminist and justify the importance of the latter to the advancement of gender relations. Finally, it makes a case study of the group of women who gave birth to the bakery management and New Horizons in the settlement Conception Tupanciretã municipality. The research proposes to study the strengths and weaknesses of the group and the relationship between the bakery "New Horizons" and the Regional Agrarian Reform Cooperative Mother Earth (Coperterra) is one of the main strongholds for the existing group, because women are not isolated in a group of six people, are an arm of a cooperative that now has over 200 members. Although the whole process, the great challenge for the next period is the group to keep the internal organization of the organic and rescue, which has somehow been forgotten a bit depending on production demands imposed.

**Keywords:** MST. Land reform. Women. Solidarity economy.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento recente da Economia Solidária no Brasil .....	23
Gráfico 2 – Comparativo dos anos de criação de empreendimentos da ecopopsol somente de homens e somente de mulheres .....	35

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A natureza plural da economia segundo Polanyi.....	20
Figura 2 – Mutirão de Organização da Horta de Plantas Medicinais.....	39
Figura 3 – Símbolo do Grupo .....	40
Figura 4 – Café da Manhã para Demonstração dos Produtos da Reforma Agrária.....	41
Figura 5 – Visita dos Grupos de Mulheres de Tupanciretã ao grupo Coletivo Mãe Terra, PA Rondinha, Jóia, R.S.....	42
Figura 6 – Primeiros dias de produção.....	43
Figura 7 – I Mostra da Reforma Agrária e Feira do Peixe de Tupanciretã. ....	46
Figura 8 – Curso de Panificação com a Embrapa. ....	47
Figura 9 – Visita do Grupo de Mulheres de Salto do Jacuí e da EMATER à Padaria Novos Horizontes. ....	49

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	13
<b>3 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO BRASIL</b> .....	14
<b>3.1 Histórico da economia solidária no Brasil</b> .....	14
<b>3.2 A economia solidária: concepções</b> .....	18
<b>3.3 Perspectivas e atualidades da economia solidária</b> .....	22
<b>4 HISTÓRICO DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE</b> .....	25
<b>4.1 A origem da opressão de gênero</b> .....	25
<b>4.2 As mulheres no MST e na reforma agrária</b> .....	28
<b>4.3 As mulheres na economia solidária</b> .....	33
<b>5 ESTUDO DE CASO</b> .....	36
<b>5.1 Histórico da luta pela terra na região de Tupanciretã</b> .....	36
<b>5.2 Formação do grupo de mulheres</b> .....	37
<b>5.3 Discussão dos resultados obtidos</b> .....	50
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	63
<b>ANEXOS</b> .....	65

# 1 INTRODUÇÃO

A opção por fazer o curso de especialização em agricultura familiar e camponesa e educação do campo foi um grande desafio tanto pessoal quanto profissionalmente, uma vez que existe um trabalho sendo construído em Tupanciretã desde o ano de 2008 junto à COPTec do núcleo operacional deste município. Este fato permitiu que a opção de estudo estivesse mais próxima da necessidade das famílias, assim como, que a análise realizada se desse de forma mais profunda.

A decisão pelo estudo de caso de um dos grupos de mulheres existentes na região de Tupanciretã, mais especificamente com o grupo localizado no Assentamento Conceição, que construiu e gesta a Padaria Novos Horizontes se deu depois de pensar muito em torno do trabalho da equipe técnica, dos grupos de mulheres existentes e das possibilidades de pesquisa com relação a eles. Dentro dessa lógica, embora a vontade fosse de escrever sobre o todo do trabalho realizado na área social assistido pela equipe técnica do núcleo operacional de Tupanciretã, foi feita a opção por reduzir o foco da pesquisa e realizá-la em cima de uma das experiências existentes.

A experiência da Padaria “Novos Horizontes” foi escolhida em função de se diferenciar dos demais grupos pelo fato de terem feito a opção em um dado momento pela geração de renda através do trabalho coletivo.

Então o próximo passo foi identificar qual o problema a ser pesquisado, onde o problema foi: “Quais os principais fatores que dificultam a continuidade do grupo e quais as potencialidades existentes para o fortalecimento deste?”. O objetivo geral da pesquisa seria de analisar a participação das mulheres no espaço coletivo de trabalho, as dificuldades encontradas por estas e as potencialidades da continuidade deste trabalho. Onde os objetivos específicos seriam:

- ✓ Compreender o que levou este grupo a amadurecer a idéia de produzir coletivamente;
- ✓ Analisar os fatores internos e externos que influenciam na organização do grupo;

- ✓ Buscar elementos que contribuam para o fortalecimento e ampliação deste processo.

A partir destas definições iniciou-se então a busca por referenciais teóricos que se relacionassem com o problema de pesquisa identificado e que conseguissem nortear a pesquisa a ser realizada. Foi neste sentido que se construíram os dois primeiros capítulos da presente monografia. Paralelamente a esta construção, buscou-se acompanhar de forma mais efetiva os momentos de reflexão e produção do grupo e da própria relação com a Coperterra a fim de alcançar os objetivos propostos.

No primeiro Capítulo buscou-se fazer um resgate histórico da Economia Popular e Solidária no Brasil e abordar algumas concepções existentes sobre o tema e encerrando com as perspectivas e atualidades existentes para o tema.

O segundo Capítulo faz uma reflexão sobre a participação da mulher na sociedade, abordando a origem da opressão de gênero existente sob um aspecto materialista histórico, em um segundo momento aborda a participação das mulheres na Reforma Agrária e no MST. O capítulo é encerrado com a abordagem das mulheres na economia solidária.

O Terceiro Capítulo trata especificamente do estudo de caso. Em um primeiro momento faz-se um resgate histórico da luta pela terra na região de Tupanciretã, e apresenta-se os dados da região. Após descreve-se então a organização das mulheres assentadas neste local e em seguida o histórico da Padaria Novos Horizontes. Em seguida é descrita a discussão dos resultados obtidos a partir da pesquisa.

Encerra-se então o presente texto com as conclusões obtidas em cima da pesquisa realizada.

## **2 METODOLOGIA**

Para elaboração da presente monografia foi realizada em um primeiro momento uma pesquisa bibliográfica em cima dos temas “Economia Solidária” e “A Participação das Mulheres na Sociedade”, a fim de construir um embasamento teórico para a pesquisa que seria realizada.

Em um segundo momento, foram levantados dados para a pesquisa a partir de entrevistas com a aplicação de um questionário semi-estruturado, aplicado às seis mulheres que compõem o grupo da padaria Novos Horizontes, de diálogos informais com as mesmas, seus familiares e dirigentes da Coperterra (Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda). Não esquecendo que o trabalho efetivo junto ao núcleo operacional e compor a equipe técnica deste núcleo foram fundamentais para que se chegasse aos resultados esperados. Para este fim foram destinados cerca de 4 meses de acompanhamento mais efetivo para coleta de dados.

Foram criadas falsas iniciais para as pessoas entrevistadas a fim de resguardar suas identidades.

A partir da coleta dos dados foi realizada a avaliação destes dados e construída a discussão dos resultados e por fim, concluiu-se com a construção do presente texto.

### **3 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO BRASIL**

A Economia Solidária no Brasil tem sido alvo de muitos debates e estudos no último período, seja pela alternativa que representa para as pessoas que dependem do seu trabalho e que se encontram sem ter para quem vendê-lo, seja pelo fato de se propor a ser um movimento, uma organização em busca de praticar uma nova economia, com base na solidariedade e no trabalho coletivo. Nesse sentido, o capítulo a seguir faz um histórico sobre a formação da economia solidária no Brasil, em seguida discute um pouco as diferentes atualidades que alguns autores apontam sobre essa outra forma de construir e compreender a economia.

#### **3.1 Histórico da economia solidária no Brasil**

A(s) iniciativa(s) de organização popular de trabalhadores e trabalhadoras para autogestão e geração de renda no Brasil, segundo Azambuja (2007, p. 51), teve suas primeiras experiências ainda no Brasil Colônia, onde um dos exemplos mais marcantes é o da República de Palmares entre 1600 e 1695. Era da propriedade coletiva da terra que os trabalhadores excluídos que ali se refugiavam retiravam seu sustento e construíam uma nova organização social baseada na solidariedade.

Outro exemplo citado pelo autor como organização coletiva no processo de produção e reprodução da vida é o das Missões Jesuíticas, onde se experimentou o que o autor chama de “um modelo de cooperativismo comunitário integral”. Nesta experiência o trabalho era coletivo em todas as suas esferas, sendo concebido como um dos pilares centrais daquela sociedade onde a concepção de trabalho presente era a fonte de reprodução da vida, ou seja, o trabalho realizado pelo seu valor de uso para os indígenas. No entanto, foram algumas as vezes que os jesuítas levaram os nativos para a Europa para, na sua visão humanista, apresentar os humanos cristianizados para a coroa de Espanha, portanto, o trabalho era

coletivo, porém com ações um tanto opressoras por parte da Igreja Católica no que diz respeito principalmente à questão cultural e religiosa.

Pode-se observar então que desde aquele período alguns setores da sociedade já tentavam construir a idéia de processos produtivos diferenciados, onde os trabalhadores buscassem uma maior autonomia para suas comunidades perante as classes dominantes a partir da produção e organização coletiva, seja por uma necessidade coletiva de autogestão nos processos de reprodução da vida (caso de Palmares), seja por uma intencionalidade de terceiros (no caso das Missões Jesuíticas) onde estavam ligados diretamente à fé e à obediência à religião.

Porém após as experiências citadas vamos ter organização coletiva de trabalho somente no início do século XX no Brasil, através de algumas cooperativas, sob influência direta dos imigrantes europeus e das políticas de imigração existentes no período. Segundo Singer as experiências existentes neste período não continham um dos principais elementos da economia popular e solidária, a autogestão e desaparecem ou são incorporadas pelo Estado ou pelo mercado (Azambuja, 2007, p. 52).

A partir de então, é somente com a reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 70 em todo o mundo, que provocou grandes transformações negativas ao no mundo do trabalho como o desemprego em massa, a precarização das relações de trabalho, o que acaba por provocar novamente o debate da informalidade como alternativa de trabalho. Estas transformações ocorreram a fim de retomar a lucratividade que a classe burguesa obteve nas três décadas que sucederam segunda grande guerra, período este conhecido como a “décadas de ouro do capitalismo”. Para tanto, foi iniciado entre outras ações, atacar a organização da classe trabalhadora, em especial dos sindicatos. Ocorreu que a luta para não perder o emprego acabou sendo a pauta dos trabalhadores a partir daí.

É nesse contexto de aumento do desemprego e a exploração do trabalho, resultando em uma maior concentração de riquezas e por conseqüência em uma maior desigualdade social que novas iniciativas de autogestão e geração de renda são experimentadas novamente pela classe trabalhadora no Brasil. Porém, resumir a economia solidária a alternativas ao desemprego criado no Brasil na década de 90 pela implantação do modelo neoliberal é resumir a ação dos trabalhadores e trabalhadoras, que protagonizam suas histórias de vida buscando e construindo

outras relações de trabalho, não capitalistas, além de ser desrespeitoso com os militantes desta causa.

A América Latina neste período passava por um contexto de ditaduras militares apoiadas pelas elites locais e patrocinadas e fortalecidas pelo imperialismo. As lutas dos trabalhadores iam além das mobilizações contra a redução dos postos de trabalho e a redução de direitos conquistados, à frente deste processo estava a luta pelo fim da ditadura. Porém o fim da ditadura ao contrário do que se esperava, não conseguiu recuperar as condições e os postos de trabalho da classe trabalhadora, ao contrário disso, com a eleição de governos neoliberais esta situação se agravou.

É neste contexto que surge a Economia Popular e Solidária no Brasil, quando os trabalhadores passam a se associar para produzir e vender o fruto do seu trabalho a partir da organização coletiva, já que sua força de trabalho já não era de interesse dos detentores dos meios de produção.

Segundo Singer (2002) a Economia Popular e Solidária no Brasil teve seu início, enquanto empreendimentos autogestionários, nas décadas de 80 e 90 devido à desindustrialização do país ocorrida neste período, quando milhares de postos de trabalho deixaram de existir. Neste período, segundo o autor, tivemos o ressurgimento do cooperativismo no país.

A Cáritas Brasileira é uma instituição da Igreja Católica ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que faz parte da Cáritas Internacional e que tem como uma de suas diretrizes o desenvolvimento solidário e sustentável e trabalha com pessoas excluídas da sociedade e em situação de risco social, este trabalho se desenvolve em parceria com movimentos sociais e outras instituições.

Segundo Singer, 2002, a Cáritas ainda na década de 80 financiou projetos chamados PACs (Projetos Alternativos Comunitários), uma parte destes projetos era destinado à geração de trabalho e renda para grupos coletivos das periferias das cidades e nas zonas rurais de todo o país, estes empreendimentos acabaram por se transformar em empreendimentos de Economia Popular e Solidária.

É a partir deste processo que, segundo Singer, iniciou-se também o contato do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a Economia Popular e Solidária, pois é a partir do acesso aos PACs que surgem algumas das Cooperativas Agrícolas do MST.

O MST avançou em todas as regiões do país e entre 89 e 90 criou um sistema de cooperativismo autogestionário, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que de acordo com Elenar Ferreira em “A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção” este sistema se divide em três formas de cooperativas: que são denominadas cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços Técnicos e Cooperativas de Crédito. Em 1992 o MST funda a CONCRAB (Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil), que, segundo Neusa Maria Dal Ri, o movimento chega à conclusão que os princípios clássicos do cooperativismo “não garantem a democratização do trabalho” e a Confederação “procura modificar as formas de participação dos associados, por um lado cria novas instâncias de representação que representam os níveis básico e intermediário da gestão e por outro busca inovar no regime de trabalho, descentralizando instâncias de poder e modificando a concepção de trabalho que impera na ordem social capitalista”.

Também é neste período que os operários de fábricas passam a assumir as massas falidas destas empresas de forma cooperativa e autogestionária. Esta prática se transforma em um movimento a partir da falência da empresa Markeli do ramo calçadista de Franca, SP e se cria a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias em Empresas de Autogestão e Participação Acionária).

Surgem também as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), estas incubadoras têm o papel de dar suporte técnico, logístico e jurídico, a grupos de trabalhadores e trabalhadoras interessados em produzir coletivamente, além de também oferecer formação em cooperativismo e economia popular e solidária. Em 1999 as ITCPS passam a se organizar em uma rede a fim de trocar experiências e também passam a compor o Movimento Nacional de Economia Solidária. Esta rede se filia Unitrabalho ainda no ano de 99. A Unitrabalho é uma rede que reúne mais de 80 universidades e desenvolve estudos sobre economia popular e solidária desde o ano de 1997.

O Movimento Nacional de Economia Solidária se concretiza como tal a partir do I Fórum Social Mundial, ocorrido entre 25 a 30 de janeiro de 2001 em Porto Alegre, a partir de reuniões, oficinas e assembléias realizadas entre entidades e empreendimentos de Economia Popular e Solidária durante o Fórum. Foi neste momento que, com o suporte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul estas

entidades e empreendimentos constroem um grupo de trabalho a fim de organizar as atividades sobre a temática que deveriam estar ocorrendo no II Fórum Social Mundial, que também se realizaria em Porto Alegre em janeiro do ano seguinte. Este grupo de trabalho se efetiva para construir as atividades de Economia Popular e Solidária também para o III Fórum Social Mundial.

É durante a preparação das atividades do III Fórum que o Grupo de Trabalho do Fórum Social Mundial chama uma reunião ampliada a fim de discutir o papel da Economia Popular e Solidária no Governo Lula, pois se apontava a possível vitória no processo eleitoral de 2002, é nesta atividade que se iniciam as proposições de criação de uma Secretaria Nacional no Governo Federal.

Durante o III FSM se realiza a II Plenária Nacional da Economia Popular e Solidária e se discute a criação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que só se concretiza em 2003 durante a 3ª Plenária Nacional da Economia Solidária. É durante este processo que este movimento conquista a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego no Governo Lula que tem o caráter de construir políticas públicas específicas para os empreendimentos ligados a este tipo de economia. Neste mesmo ano a Secretaria Nacional de Economia Solidária é fundada.

A partir deste momento o Fórum Brasileiro de Economia Solidária se fortaleceu bastante, porém com uma relação bem próxima com a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

### **3.2 A economia solidária: concepções**

A Economia Popular e Solidária no Brasil surgiu em um contexto, como já foi colocado, de organização popular e formação dos movimentos sociais contra a ditadura militar e pela redemocratização política no país. Neste sentido, os trabalhadores e trabalhadoras organizados se propuseram ao desafio da autogestão nas massas falidas de fábricas, através das cooperativas de consumo que asseguravam o fornecimento de alimentos para os trabalhadores em greve mesmo quando seus salários eram cortados e a partir da organização para produção de bens diversos de forma coletiva a fim de gerar renda a partir do próprio trabalho

como forma de combater o desemprego massivo que abatia a classe trabalhadora naquele momento. Estes empreendimentos podem ser compreendidos como a vontade das pessoas criarem e experimentarem o “novo”, o trabalho sem patrão, apontando então para o rompimento com a economia dominante.

Outro fator determinante para este processo foram as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o desemprego gerado a partir destas mudanças. Neste período o mundo experimentou a crise do modelo fordista-taylorista de produção e se abateu principalmente sobre os países pobres. Que também estavam ligados ao desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pois sem o contraponto do leste europeu o capitalismo pode mostrar uma face mais agressiva para os trabalhadores: o neoliberalismo, que chegou ao Brasil na década de 90 trazendo demissões em massa, redução e privatização de setores estatais, fortalecimento das multinacionais, desestruturando a economia nacional através da atuação mínima do estado e da auto-regulação dos mercados.

Estes diferentes fatores que influenciaram no surgimento da Economia Solidária no Brasil despertaram autores com diferentes concepções para que estudassem sobre as alternativas encontradas pelos trabalhadores e construíssem diferentes concepções de economia solidária, divergentes entre elas não no conceito em si, mas principalmente, no que diz respeito ao seu caráter político-econômico.

Laville (2004) defende que a economia foi reduzida no último período ao princípio do mercado, porém relembra que Polanyi defende que na “ciência econômica” existem mais, pelo menos, dois princípios, o da reciprocidade, onde “uma parte da economia é administrada pela dessimetria de pessoas ou grupos”, que podem ser interpretadas como as trocas existentes entre iguais. E o da redistribuição, onde “um poder central pode retirar parte da produção e redistribuir conforme regras deste próprio poder central”. Desta forma defende que antropologicamente a Economia é muito mais ampla do que a Economia de Mercado.

Compreendendo hoje uma co-existência entre as duas economias na atualidade, porém apontando que se a economia permanecer reduzida ao mercado acaba por minimizar e destruir os outros dois princípios, pelo menos teoricamente.

Esta concepção pode ser demonstrada pela figura abaixo:

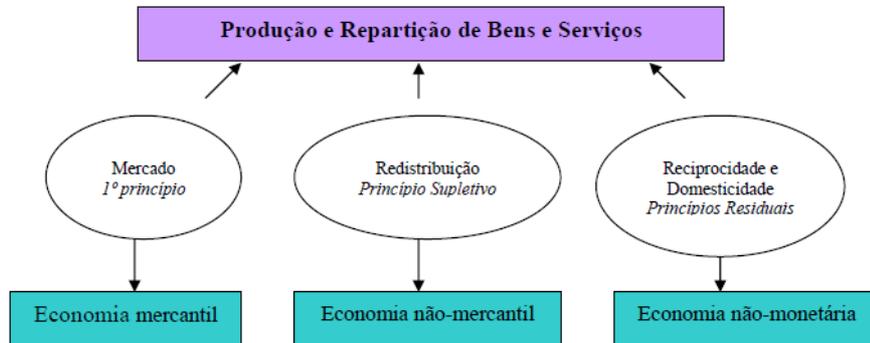


Figura 1 – A natureza plural da economia segundo Polanyi

Fonte: ARAÚJO, Yara F. C., Bancos Comunitários e Economia Solidária: Estratégias de Desenvolvimento de Baixo para Cima em Montes Claros-M.G.

O que tem pontos em comum com a concepção de Singer (2002, p.11)

“[...] mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa freqüentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo.”

Talvez a principal diferença seja o apontamento que Singer faz para a construção de outro modo de produção, tendo como pilar central a economia solidária.

Outros autores, como Razeto (2007) defendem que a Economia Solidária como uma forma de economia que co-existe com a economia capitalista podendo potencializar formas mais solidárias neste meio construindo a possibilidade de tornar o sistema capitalista mais solidário.

Lo que sostenemos es [...] que la solidaridad se introduzca en la economía misma, y que opere y actué em lãs diversas fases del ciclo econômico, o sea, em la producción, circulación, consumo e acumulación (RAZETO, 1997, p. 14).

O mesmo autor ainda defende que a Economia Solidária não deve ser pensada como um contraponto à Economia de Mercado, nem como uma alternativa ao capitalismo, ele defende que as duas economias podem coexistir e inclusive a economia solidária a partir de seus empreendimentos e de suas práticas serviria como exemplo de como a solidariedade poderia estar colocada dentro da economia de mercado e “convencer” as empresas capitalistas e seus empreendedores de que é possível construir a economia desta forma, a partir da solidariedade. A principal crítica a esta concepção de coexistência entre a economia capitalista e a economia popular e solidária e de implantação da solidariedade na economia de mercado, é de que um dos pilares do capitalismo é a competição, para que alguns detenham os meios de produção e mantenham sua posição de detentores, outros necessariamente devem ser excluídos destes meios. Além disso a competição entre as empresas constitui um pilar do capitalismo, pois para que uma empresa mantenha sua taxa de lucro deve ser mais eficiente do que a concorrente e assim por diante.

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10).

Porém outros autores defendem que a Economia Popular e Solidária pode ser considerada e encarada como uma proposta de transição da sociedade capitalista para uma outra forma de organização econômica. Seria uma forma de dar início a uma outra organização dos trabalhadores negando esta organização social excludente em que vivemos. Nesta concepção o principal elemento levantado como revolucionário seria, como o próprio nome já diz a solidariedade existente entre os trabalhadores componentes da economia solidária, por serem igualmente desprovidos dos meios de produção, portanto iguais.

A solidariedade na economia só pode ser realizada se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais (Singer, 2002, p.9).

Desta forma Singer argumenta que para que a sociedade em que vivemos fosse igualitária as pessoas deveriam cooperar entre si e não competir e desta forma a economia deveria ser solidária e não competitiva (2002). Ainda segundo este autor a Economia Solidária é um outro modo de produção, onde os princípios básicos são a propriedade coletiva do meio de produção e a liberdade individual, tendo como resultado natural a solidariedade e a igualdade, porém exigindo do estado algumas formas de intervenção estatal na economia a fim de que todas as pessoas tivessem as condições necessárias para manter a reprodução da vida com qualidade.

### **3.3 Perspectivas e atualidades da economia solidária**

Com o crescimento do emprego formal e com o crescimento da economia, o que historicamente sempre ocorreu foi uma redução dos empreendimentos solidários e cooperativados, segundo Singer (2002), os trabalhadores através do emprego formal alcançam “uma espécie de cidadania formal”, o que contribui para o processo de alienação de sua condição de oprimido e subordinado, acomodando-os pelo fato de conseguirem ter uma certa estabilidade e conseguirem consumir, obtendo desta forma um “padrão de vida de classe média”.

Este fato se deu no mundo todo até o final das décadas de 70 e 80. Após este período percebe-se então a reinvenção da Economia Solidária a nível mundial com o crescimento de empreendimentos solidários e cooperativas, e segundo Singer (2002).

O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

Embora, no Brasil, no último período, tenha ocorrido crescimento econômico e aumento do emprego formal, continuou ocorrendo uma ampliação dos empreendimentos de economia solidária, principalmente ligados aos movimentos sociais e fortalecidos por políticas públicas de comercialização e crédito, porém

Singer (2002) afirma ser arriscado apostar na continuidade de crescimento acelerado desta economia nos próximos anos.



Gráfico 1 – Crescimento recente da Economia Solidária no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Popular e Solidária no Brasil

Desta forma o autor ressalva que se a Economia Solidária for “apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico” ela deverá estar sofrendo um retrocesso no futuro, podendo daí sim não estar passando de uma complementação da economia capitalista. Ou ela deverá se propor a ir para os excluídos do sistema, ela deverá segundo Singer “uma alternativa superior ao capitalismo”, superior não apenas economicamente, mas superior enquanto modo e qualidade de vida para os trabalhadores e as trabalhadoras envolvidos neste processo.

Dentro dos movimentos sociais há uma tendência, no último período, ao fortalecimento e priorização de cooperativas e associações para geração de renda, compreendendo estas como uma forma de disputa da sociedade tanto econômica como socialmente. Este é o caso do MST, que por fatores políticos diversos teve sua base de disputa pela terra a partir de acampamentos reduzida, mas tem uma

suposta base nos assentamentos de reforma agrária de mais de 900 mil famílias no Brasil, distribuídas em mais de 7000 assentamentos<sup>1</sup> e passa a compreender estas como a principal forma de disputa da sociedade e de fortalecimento do movimento a partir da produção, da industrialização e da comercialização coletiva de seus produtos.

Existem atualmente políticas estatais que servem para o fortalecimento desta disputa, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que prevê a compra de trinta por cento da merenda escolar de cada município da agricultura familiar, prioritariamente de cooperativas e da Reforma Agrária. Além disso, várias políticas de governo também tendem a fortalecer esta forma de fazer economia no último período, como as políticas de micro crédito que direcionam recursos para pequenas ações coletivas de geração de renda, os cursos de formação na área da economia solidária e as políticas de compra direta e antecipada da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), que prevêem a compra de alimentos a partir do Programa de Aquisição de Alimentos.

O que não se pode esquecer é que estas políticas existem por que teve uma organização dos trabalhadores em suas lutas ao longo da história para que existissem. Não são presentes concedidos pelos atuais governantes, são conquistas históricas da classe organizada, que são efetuadas a partir de um governo mais identificado com esta do que os anteriores, que também foi fruto da organização e conquista dessa classe.

Logo são políticas que devem ser utilizadas para a construção da sociedade que se, tanto na produção de alimentos limpos de venenos e na comercialização desses, como na compreensão que a sociedade pode vir a ter sobre a Reforma Agrária a partir do contato com estes alimentos e é isso que o MST tem conseguido fazer de certa forma no último período, se respeitar na sociedade através da produção.

---

<sup>1</sup> Segundo Bernardo Maçano Fernandes, coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da Faculdade de Ciências Tecnológicas de Presidente Prudente, Jornal da Universidade Estadual Paulista, outubro /2008, ano XXII – nº 238.

## **4 HISTÓRICO DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE**

As mulheres ao longo da história têm sido responsáveis pelos cuidados de produção e reprodução da vida e da própria família, no modo de produção capitalista, alguns autores chegam a afirmar que sem a “jornada dupla ou tripla” de trabalho feminino não seria possível manter o processo produtivo e de acúmulo de capital por parte da burguesia.

Ao mesmo tempo, cada vez mais estas têm se tornado referências em diferentes setores da sociedade, principalmente em movimentos e organizações sociais onde a reflexão sobre seus direitos e suas condições dão suporte para a construção de uma nova prática.

Os apontamentos deste capítulo buscam fazer uma reflexão sobre a origem da opressão de gênero existente na sociedade, buscando embasamento no materialismo histórico para compreender este processo, logo após busca compreender a organização das mulheres dentro da reforma agrária e do MST e o protagonismo construído neste sentido e por fim faz alguns apontamentos sobre a economia solidária e a inserção das mulheres neste espaço de trabalho coletivo e militância.

### **4.1 A origem da opressão de gênero**

Vivemos em uma sociedade desigual, onde além da diferença de classes existente, temos ainda uma gritante diferença de gênero. A divisão sexual do trabalho, construída historicamente, coloca como tarefa feminina o cuidado com os filhos, com a família e com a reprodução da vida, desprovendo desta forma as mulheres dos recursos financeiros.

Ao longo dos anos a tarefa das mulheres deixa de ser apenas “doméstica”. Com a introdução da maquinaria no mercado de trabalho, no período pós-revolução industrial e pós-guerra, houve a introdução da mão de obra feminina nas indústrias.

Este processo trouxe uma ampliação do desemprego masculino e a substituição desta mão de obra por uma mão de obra bem mais barata: a feminina.

A partir deste momento, da introdução das mulheres no mercado de trabalho, a mão de obra feminina passa a ser uma alternativa para ampliação dos lucros dos detentores dos meios de produção, caracterizando-se por uma mão de obra com a mesma produtividade, porém mais barata do que a masculina. Paralelo a isso, as mulheres não deixam de ter a responsabilidade pelo cuidado com os filhos, com a família e com a reprodução da vida e se caracteriza a partir de então a jornada dupla de trabalho.

Esta dupla jornada é o que permite, segundo Carrasco, 2002, uma ainda maior lucratividade para a burguesia, pois desta forma não existe uma necessidade de investimentos ou ampliação de salários (que significam redução da margem de lucros) a fim de propiciar a reprodução da vida dentro das famílias que dependem apenas da sua força de trabalho para sobreviver.

Segundo Engels, 1884, a origem da opressão de gênero existente na sociedade dá-se muito antes da implantação do sistema capitalista, mas muito depois da transformação do macaco em ser humano. Esta explicação dá-se a partir de uma análise dos estudos de Lewis H. Morgam (antropólogo norte americano) que estudou os laços de parentesco existentes e criados ao longo do processo evolutivo nas tribos indígenas localizadas no então Estado de Nova York. Ainda segundo o autor, estes estudos foram baseados em um método materialista, partindo de uma realidade concreta existente e que analisada historicamente acaba por possibilitar uma tese sobre a origem da opressão entre gêneros que se perpetua até hoje.

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos [...] O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, F., p. 54,55, 1884).

A explicação para a afirmação acima colocada está baseada nas formas de organização social primitivas dos grupos de convívio segundo Engels, 1884, no livro "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", tendo por base a análise dos estudos de Lewis H. Morgam, citada anteriormente, no livro A Sociedade Antiga, Engels cita a criação do incesto como passo decisivo para formação da família patriarcal. Segundo Morgan existiram três modelos de famílias

no período pré-histórico, estas correspondentes aos três estágios de cultura existentes no período: a Família Consangüínea representa o primeiro passo no sentido de constituição de família, essa forma de organização exclui pais e filhos de relações sexuais recíprocas, porém irmãos de necessariamente eram marido e mulher, isto se passa em um período correspondente ao que Engles denomina Estado Selvagem para identificar o estado cultural, onde a sobrevivência se dá a partir da apropriação de produtos da natureza; o segundo modelo de família citado pelo autor é a Família Panualana, onde se exclui das relações sexuais irmãos e irmãs e criam-se outras categorias, primos e primas e sobrinhos e sobrinhas, a organização do matrimônio neste modelo já se dá por grupos, é o modelo de organização das famílias nas comunidades comunistas primitivas, e o estágio cultural correspondente era a Barbárie, segundo Morgan no livro “Estágios Pré-Históricos da Cultura”, período onde iniciam-se as atividades de agricultura e pecuária. É a partir deste modelo de família que se inicia um “círculo fechado de parentes consangüíneos por linha feminina, que não se podem casar uns com os outros” (Engels, 1884, p.36).

O terceiro modelo de família citado é o da Família Sindiásmica, onde já se observam matrimônios aos pares, embora a poligamia permaneça como um direito masculino, das mulheres se exige extrema fidelidade e o adultério castigado fortemente. Este é, segundo Engels, o estágio evolutivo que permitirá a formação da família monogâmica e patriarcal. Ainda segundo o autor este modelo de família desenvolve-se paralelamente ao estágio cultural da civilização, que se inicia com a descoberta da fundição de minérios e da escrita alfabética, onde o ser humano amplia e complexifica a sua capacidade de produzir.

A partir desta análise, configura-se a opressão de gênero paralelamente e correlacionado com a estruturação da propriedade privada nas sociedades, pautando a implícita relação entre a produção e reprodução da vida, entre as formas de existência a partir do trabalho e a construção do homem e da mulher como seres sociais historicamente construídos.

Foi a partir do casamento monogâmico e da construção dos papéis de mãe e principalmente de pai que surge o proprietário da sua força de trabalho, dos meios de produção e dos escravos.

Segundo Engels a expressão família foi inventada pelos romanos para nomear a nova organização social existente na sociedade, onde o homem se coloca como proprietário da mulher, dos filhos, dos meios de produção, dos escravos.

A consolidação da família monogâmica é visto por Engels como “a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo”. A partir da relação entre a paternidade e a propriedade privada e a herança é que surge a necessidade de domínio total do útero feminino, não permitindo que a propriedade seja repassada para quem não tem vínculo familiar sanguíneo.

“A monogamia foi um grande progresso mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros.”(Engels, F., p 54, 55, 1884)

Desta forma, também deve ser lembrado que a opressão de gênero perpassa as classes sociais, porém a opressão sofrida por uma mulher da classe trabalhadora é mais intensa do que a opressão vivida por uma mulher burguesa, assim como a opressão vivenciada por uma mulher negra e trabalhadora é mais intensa do que a vivenciada pela trabalhadora branca, pois as opressões e discriminações acabam por somar-se em torno das diferentes situações vivenciadas.

#### **4.2 As mulheres no MST e na reforma agrária**

A base produtiva e econômica brasileira alicerçada no latifúndio tem início ainda no Brasil colônia com a criação do regime das sesmarias, que utilizavam basicamente a mão de obra escrava. Em 1850, com a promulgação da Lei de Terras essa situação não teve grandes alterações pelo fato de, entre outras coisas, a Lei de Terras prever como única forma de acesso a terra a compra, logo manteve as grandes extensões de terra nas mãos dos senhores que detinham recursos financeiros para compra-las, apesar de excluir as sesmarias. Desta forma excluíram-se os negros e trabalhadores do campo do acesso à terra.

Segundo Bruto e Hora, 2008, se a legislação não contribuiu para amparar o campesinato brasileiro, a sociedade agrária formada a partir desta lei ampliou as

desigualdades de gênero existentes, consolidando a sociedade patriarcal, excluindo totalmente as mulheres do direito à terra, tornando a terra um patrimônio e por direito, permitido apenas ao homem, à mulher cabe o papel de dependente do pai ou do marido.

Somente em 1964 elabora-se uma nova legislação sobre a questão fundiária brasileira, o Estatuto da Terra, este prevendo a democratização do acesso à terra e as possibilidades de implantação da Reforma Agrária no Brasil. Ainda segundo Bruto e Hora, 2008, embora tenha significado um grande avanço no sentido de justiça social e de aumento da produtividade, a questão das mulheres como possíveis proprietárias e não apenas como dependentes no acesso à terra não aparece no Estatuto da Terra. As autoras citam ainda a revolução verde como processo fundamental para ampliação da opressão sofrida pelas mulheres do campo, no sentido de que a introdução da maquinaria e insumos no campo não incluiu maquinário para facilitar o trabalho doméstico. Porém, pode-se ir além nesta questão, a revolução verde substitui a mão de obra pela maquinaria e substitui a diversificação de culturas de auto consumo, onde as mulheres tinham papel importante ao lado dos homens, pela monocultura, contribuindo desta forma para a masculinização do campo brasileiro. Desta forma, as mulheres somente terão acesso à terra e a políticas públicas direcionadas à elas a partir da legislação de 1988, e ainda segundo Bruto e Hora, fruto da organização destas mulheres a partir dos movimentos sociais do campo e da reivindicação dos seus direitos a partir destes.

A luta dos movimentos feministas, nos anos 80, incluiu no artigo 189 da Constituição Federal o direito das mulheres rurais a terra, prevendo a titulação da terra em nome do homem e da mulher ou de ambos, independente do estado civil. No entanto restava a implementação efetiva deste direito (Butto e Hora, p 28, 2008).

Neste sentido, os movimentos camponeses, em especial o MST, pelo caráter nacional, contribuíram de forma efetiva na construção de políticas públicas para as mulheres camponesas a fim de implementar esse direito. Em primeiro lugar pelo embate criado junto ao latifúndio e o que ele representa, em segundo, pelo fato de que as mulheres, ao longo dos 25 anos no MST construíram uma trajetória de protagonismo e busca de emancipação frente às lutas contra o capital, mas também

internamente, pautando a questões táticas a fim de garantir estrategicamente a participação das mulheres nas diferentes instâncias da organização.

Alguns exemplos claros da busca da emancipação e táticas internas a fim de promover a maior participação das mulheres nas instâncias são a criação e organização da ciranda infantil, que foi organizada pela primeira vez em 1997, no Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), com oitenta crianças de todo o país e a criação do setor de gênero do MST no ano 2000, durante o Encontro Nacional do MST, criado a partir da necessidade sentida pelas mulheres dirigentes e militantes do movimento sem terra.

A ciranda infantil passa a permitir que mulheres que são mães possam estar participando das atividades de formação e luta do movimento, além de trabalhar com a lógica de responsabilidade coletivas do grupo com as crianças e os debates sobre a liberação das mulheres a fim de terem uma maior participação nos espaços de produção. Paralelo a isso o Setor de Gênero do MST passa a organizar encontros de formação sobre o tema, colocando em pauta a opressão específica vivida pelas mulheres e a necessidade de pautá-las, politizando o debate e enfrentando, inclusive enfrentando divergências internas.

O setor de gênero passa então a cumprir o papel de organizar encontros de mulheres a fim de que estas tivessem um espaço só seu para estudar, discutir, visualizar sua própria opressão. Paralelamente, organizava encontros de casais para que discutissem com os companheiros a questão de gênero. A partir do Encontro Nacional do ano de 2000 as instâncias do MST passaram a ser compostas por homens e mulheres em números iguais, 50% de homens e 50% de mulheres, por exemplo cada regional deveria indicar um homem e uma mulher para compor a direção estadual, e a direção regional, composta por um homem uma mulher representantes de cada assentamento da região. Esta pode ser considerada uma tarefa essencial do Setor de Gênero no sentido de formação de lideranças e de consciência crítica da base, além de uma política afirmativa ousada se comparada à construção histórica de participação das mulheres em organizações de esquerda, onde a proposta de política afirmativa sempre foi uma cota mínima de 30% de mulheres nos espaços.

No geral, a literatura tem enfatizado que os assentamentos rurais são produtos de conflitos em torno da posse da terra e das pressões dos trabalhadores e de suas organizações pelo direito ao seu uso pleno. No entanto, muitas vezes, a

ênfase na dimensão conflitiva da criação dos assentamentos acaba por, contraditoriamente, silenciar alguns de seus atores e as diferentes perspectivas com que se engajam nas lutas. É o caso da presença das mulheres, muitas vezes somente evidenciadas quando elas ganham destaque como lideranças (MEDEIROS, L. S., 2008).

Estas ações acabaram por desencadear um processo extremamente positivo que foi, no último período, as mulheres dirigentes do MST terem passado a organizar, junto com as mulheres assentadas e principalmente acampadas, nos dias 8 de março de cada ano, desde o ano de 2006, lutas protagonizadas por elas próprias, fazendo com que se tornassem referências no sentido da organização, estratégia, planejamento e execução de ações contra o capital. Paralelo a estas ações, construiu-se trabalho de base junto às mulheres assentadas e acampadas em todo o Brasil a fim de preparar as companheiras para o desenvolvimento das tarefas necessárias para tal execução. Esta descrição de certa forma discorda com a avaliação citada acima, onde a autora descreve uma certa invisibilidade das mulheres assentadas da reforma agrária. Porém, pelo contrário, nos últimos anos, as mulheres do MST e da Via Campesina tem sido protagonistas de suas histórias de luta contra os opressores da classe trabalhadora, diferente de há alguns anos, quando este protagonismo não existia. A visão da autora pode se tornar uma realidade novamente, se nos anos futuros este protagonismo nas lutas e no trabalho de base não der continuidade, então sim poderemos voltar a ter essa invisibilidade das mulheres camponesas perante a sociedade.

Porém, esta visibilidade das mulheres se dá de forma parcial, pois ao mesmo tempo que estas conquistaram a visibilidade política junto à sociedade, dentro dos assentamentos as relações muitas vezes reproduzem a lógica da sociedade em geral, a lógica da invisibilidade feminina como cita a autora. Esta talvez tenha sido a esfera do MST onde o trabalho de base realizado pelo setor de gênero teve a menor repercussão, e talvez, o menor aproveitamento. Isso se dá devido principalmente à disputa política e ideológica permanente que ocorre neste espaço com o agronegócio e com o capital.

Os assentamentos de reforma agrária, assim como o próprio MST estão emergidos na sociedade onde vivemos, ou seja, machista, individualista, opressora, logo, por mais vivência coletiva que se construa durante o período de acampamento (compreendendo este como um período pedagógico para as famílias que ali estão), quando as famílias chegam aos assentamento, acessam a terra e constroem seus

locais de referência, muitos dos valores de solidariedade e companheirismo existentes no acampamento acabam por desaparecer como citam Brumer e Anjos, 2008.

Esse processo não é diferente das relações de gênero que se reproduzem neste meio. A divisão sexual do trabalho aparece de forma muito comum dentro dos assentamentos: homens lidam com recursos financeiros, trabalham na lavoura, participam politicamente das instâncias do movimento e das organizações produtivas das famílias, como as cooperativas; enquanto que mulheres cuidam dos filhos, da casa, dos produtos para auto-sustento da família e em regiões onde se trabalha com a pecuária leiteira, estas assumem mais este posto, embora geralmente não participem de forma efetiva das cooperativas que organizam esta linha produtiva, mesmo que participem das instâncias do movimento, geralmente assumem papéis diferenciados (menos ligados às questões financeiras), embora o trabalho de base tenha sido realizado insistentemente ao longo dos 10 anos de existência do setor de gênero do MST.

Atualmente esta realidade da participação das mulheres na questão produtiva pode estar mudando em função de políticas públicas conquistadas nos últimos anos que proporcionam a comercialização de produtos fruto da diversificação na agricultura e propiciando o desenvolvimento destas atividades com compra garantida e preços justos, valorizando desta forma o trabalho familiar no campo e a produção de excedente dos produtos de auto-sustento para comercialização. A produção deste tipo de produtos, historicamente, desde a revolução verde sempre foi tarefa secundária, geralmente realizada pelas mulheres com a ajuda dos homens, e hoje, através das políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento ganham papel diferenciado na geração de renda das famílias.

Foi a partir de programas como este que mulheres de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul passaram a se organizar coletivamente a fim de produzir panificados para o PNAE, abriram padarias coletivas, organizaram-se coletivamente e passaram a buscar a compreender melhor suas tarefas junto às cooperativas regionais através das quais realizam a comercialização dos produtos.

### 4.3 As mulheres na economia solidária

A divisão sexual do trabalho traz, historicamente, como já citado, que as mulheres são responsáveis pelos cuidados com a família e os afazeres domésticos e os homens, pelo sustento econômico do lar. Após a introdução das mulheres no mercado de trabalho esta situação não foi alterada, pelo contrário, se manteve, trazendo uma sobrecarga de funções para as mulheres trabalhadoras.

Além disso, o trabalho das mulheres tem sido, ao longo da história, menos valorizado e mais precarizado, com salários mais baixos e com menor cobertura dos serviços de seguridade social e dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas do que o dos homens em todo o mundo segundo Pessoa, Ramos e Peixoto.

Ainda segundo as autoras, o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil não foi diferente do restante do mundo, assim como a ampliação da participação destas no mercado de trabalho, trazida pelo desenvolvimento do neoliberalismo, justamente por estas ocuparem postos de trabalho mais precarizados. Este processo no Brasil se deu a partir da década de 90 e traz, paralelamente, a redução do papel do Estado nas políticas sociais de cunho universal. Logo, esta política implanta a redução e ausência de creches e escolas públicas, o que, por um lado precariza as condições de trabalho, amplia a participação das mulheres no mercado e acaba por concentrar ainda mais tarefas nas mulheres, que além de serem responsáveis pela reprodução da vida na família, ainda têm a partir de então que assumir as tarefas que o estado não cumpre.

No campo brasileiro as relações, no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, não são diferentes. A divisão sexual do trabalho no campo se dá entre o trabalho doméstico de cuidado com a casa e o autoconsumo, e o trabalho voltado para geração de renda, que onde se identifica a lavoura. Esta divisão sexual do trabalho no campo, segundo Faria, 2002 está ligada ao desenvolvimento do capitalismo no campo, que introduz a compreensão de que só se pode denominar trabalho ao que gera produtos com valor de troca no mercado.

Desta forma, cita a autora, construiu-se historicamente a invisibilidade do trabalho feminino, do cuidado de reprodução da vida, tanto o trabalho doméstico, quanto o de autoconsumo. Porém a autora cita também que esta invisibilidade chega a ser maior, pois quando as mulheres trabalham na lavoura ou em outra

atividade que gere renda ou lucro, estas são expropriadas, em sua maioria destes valores pelo fato de ser este o trabalho masculino e elas estarem atuando como “auxiliares” neste processo.

Como citado anteriormente, a organização das mulheres através dos movimentos sociais do campo trazem reflexos positivos a esta situação, tanto através da construção e conquista de espaços dentro dos movimentos, como através de políticas públicas voltadas às mulheres do campo, como é o caso da titularidade dos lotes da reforma agrária, que passam a ter titularidade conjunta entre a mulher e o homem a partir do ano de 2003, sendo esta uma conquista muito importante para as beneficiárias da reforma agrária.

Também é nesse período que, em resposta ao neoliberalismo, segundo Faria, ampliam as experiências de economia solidária na América Latina e as articulações entre estes empreendimentos. Por outro lado, ainda segundo a autora, houve também por parte do Banco Mundial e outras instituições multilaterais uma preocupação em ofertar propostas de microcrédito e outras políticas neste sentido a fim de tornar esta uma forma de amenizar o desemprego causado pelo neoliberalismo, pautando a necessidade da informalidade no trabalho como forma de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB).

Porém, as articulações existentes em torno da Economia Solidária deram segundo Faria duas respostas à essa proposta: “uma resposta política a partir de uma visão crítica às propostas de empreendedorismo individual, competitivo, ancorado nos ativos individuais”, construindo relações de solidariedade e cooperação. Outra resposta citada pela autora é que essa forma de construção proporcionou derrubar a visão hegemônica de economia mercantil, mostrando que outras formas de fazer economia são possíveis.

A autora também levanta as lutas contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), como um processo de questionamento profundo do neoliberalismo e de suas políticas, segundo a autora, além de promover uma crítica profunda à economia capitalista, também coloca em foco debates sobre “a economia camponesa, o papel da agricultura familiar e a agroecologia”.

A justificativa se dá pelo fato, segundo a autora, de que o trabalho doméstico acaba por ser um dos pilares estruturantes de uma falsa autonomia masculina, que somente é possível em função dos bens e serviços realizados pelas mulheres no âmbito doméstico. A autora ainda complementa dizendo ser fundamental para a

autonomia econômica das mulheres as condições de reprodução da vida estarem sendo supridas de alguma forma, onde se dá as redes de vizinhas para organização do cuidado dos filhos.

Faria cita então que para superar a divisão sexual do trabalho, o desenvolvimento de uma economia solidária e feminista faz-se como fundamental, argumentando que a economia deve incorporar tanto o âmbito produtivo como reprodutivo da vida. Cita a autora que a economia solidária para ser feminista deve ter como um de seus pilares o compromisso de questionar a divisão sexual do trabalho e que em muitos casos, de empreendimentos solidários, não questiona e ainda a reproduz dentro de suas estruturas.

Acredita-se que em função de questões como as citadas acima, o número de mulheres em empreendimentos da economia solidária é menor do que o número de homens, porém o número de empreendimentos compostos somente por mulheres é maior do que o número de empreendimentos mistos ou compostos somente por homens. Segundo o mapa da economia solidária encomendado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, o número de pessoas nos diversos empreendimentos é de 1.687.035 em 21.859 empreendimentos. A distribuição nos tipos de empreendimentos conforme o gênero se dá conforme o gráfico abaixo

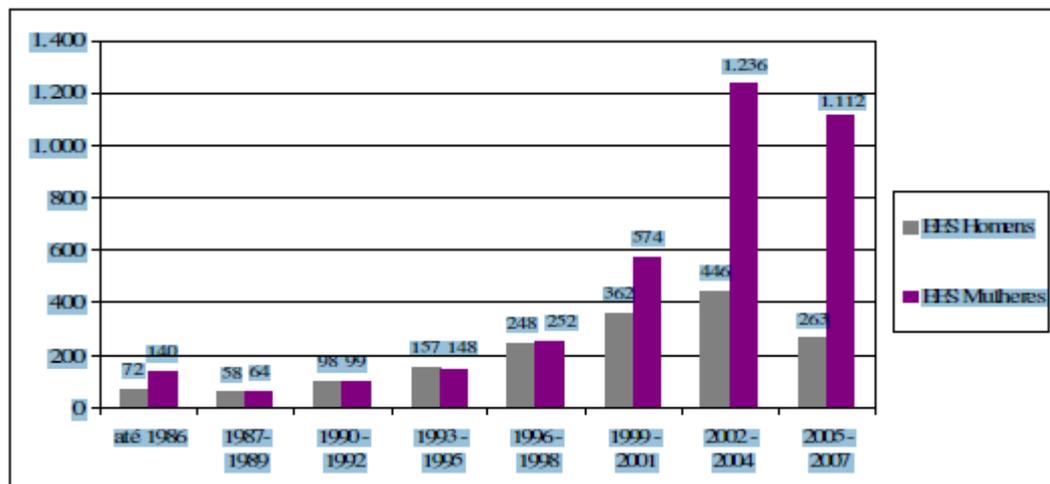


Gráfico 2 – Comparativo dos anos de criação de empreendimentos da ecopopsol somente de homens e somente de mulheres

Fonte: Atlas da Economia Popular e Solidária no Brasil

## 5 ESTUDO DE CASO

### 5.1 Histórico da luta pela terra na região de Tupanciretã

Tupanciretã é uma região marcada historicamente pelo latifúndio e pela monocultura. A história da Luta pela Terra nessa região iniciou juntamente com a história do MST há vinte e seis anos. O primeiro assentamento da Reforma Agrária de Tupanciretã foi fruto do primeiro acampamento do MST, o assentamento Nossa Senhora Aparecida, há vinte e seis anos atrás. Hoje existem dezessete assentamentos pertencentes ao município de Tupanciretã, com 640 famílias assentadas, compondo assim a regional Paulo Freire do MST. Porém, todo esse avanço no sentido da realização da reforma agrária em Tupanciretã e a mudança na realidade econômica e social do município, a estrutura agrária do município não foi alterada, pois os assentamentos representam 80% da população rural de Tupanciretã e ocupam apenas 6% da área.

O Assentamento Conceição, local onde se organiza e gesta a padaria Novos Horizontes, foi conquistado no ano de 2000, período em que se intensificou a luta pela terra no Rio Grande do Sul, estratégia que se mostrou acertada, de tensionamento do governo do estado (uma gestão de esquerda) e de disputa da sociedade e está localizado há cerca de 40 Km da sede do município de Tupanciretã. Neste período, só em Tupanciretã foram implantados mais 3 assentamentos sob a organização do MST, além de dois assentamentos através do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

É nesse período que se organiza a Regional Paulo Freire do MST, situada em Tupanciretã, que até então formava uma regional juntamente com Jóia e Júlio de Castilhos. Com o crescimento do número de famílias assentadas em cada um destes municípios, esta se desmembrou em três regionais.

Ao final do ano de 2001 a regional conquistou assistência técnica através da COPTec após a Prefeitura Municipal ter rompido convênio com a EMATER. E no mês de julho de 2002 foi criada a Cooperterra (Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra), na época com 21 sócios, assentados em Tupanciretã.

Hoje a regional tem uma bacia leiteira organizada, com a cooperterra recolhendo cerca de 600.000 litros de leite ao mês. Além disso, tem uma grande produção de auto consumo e venda do excedente, através de feiras, entrega direta ao consumidor e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Quanto ao assentamento Conceição, 70% das famílias assentadas nesse PE comercializam seus produtos através da Cooperterra.

Apesar de Tupanciretã estar inserida na região berço do plantio de soja, os assentamentos da Reforma Agrária deste município conseguem, de certa forma, manter uma certa diversificação. A principal matriz produtiva atualmente nos assentamentos é o leite, onde se acredita ser em função da organização em torno da Cooperterra que propiciou o fortalecimento desta linha de produção.

O plantio de soja também tem grande representação nos assentamentos, porém, existe uma opção desta regional do MST pelo fortalecimento da bacia leiteira e pela inserção em políticas públicas que possibilitem a diversificação na agricultura a fim de fortalecer economicamente as famílias assentadas.

A Regional é formada por dezessete assentamentos, sendo que nestes existem dez grupos de mulheres organizados em diferentes níveis de organização. Esta organização dos grupos depende muito da organização interna do próprio assentamento e dos objetivos traçados pelas participantes para eles.

Porém, a assistência técnica presta assessoria a todos eles de forma efetiva em função de compreendê-los como estruturas orgânicas existentes nos assentamentos e que podem ser potencializados com o acompanhamento técnico e vice-versa.

Destes grupos, destaca-se então o Grupo de Mulheres Camponesas Mãos Unidas, do Assentamento Conceição, que deu origem à Padaria Novos Horizontes.

## **5.2 Formação do grupo de mulheres**

Cada uma das cinco mulheres que compõem a padaria Novos Horizontes (padaria esta coletiva, que se organiza através da associação do trabalho destas mulheres) tem uma história de vida, com suas particularidades, alegrias, angústias. Porém, elas têm em comum a vontade de ter uma maior autonomia econômica e de

ter uma forma de gerar renda além das alternativas familiares já existentes. Todas buscavam o novo.

Cada história de vida com suas peculiaridades. Duas destas mulheres não passaram pelo processo de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, as outras três foram acampadas.

O grupo de mulheres do assentamento Conceição teve início junto com o assentamento, onde as mulheres passaram a ter um trabalho junto com a Pastoral da Saúde. A partir daí, estas organizaram também a compra de um “bolãozinho” a fim de ter uma forma de lazer durante os finais de semana.

Foi somente no ano de 2008 que a regional de Tupanciretã passou a contar com uma técnica da equipe técnica da COPTec responsável pela área social. A partir de então, iniciou-se um trabalho de oficinas de temas diversos junto aos grupos de mulheres dos assentamentos do município em questão.

Com este grupo, mais especificamente, os debates desde o início tinham um norte de geração de renda, por demanda do próprio grupo, que sentia a necessidade de geração de renda para complementação da renda familiar.

Após cerca de um ano de trabalho, o então presidente da Coperterra, Mezzalira, que é assentado no assentamento Conceição, propôs que o grupo de mulheres ocupasse uma das casas da sede da comunidade do PE para que pudessem ter ali um espaço para realização das oficinas, produzir artesanatos e outros produtos que pudessem vir a gerar renda, além de propiciar a auto-organização delas.

No início de 2009 então deu-se o processo de limpeza e organização de uma casa para o grupo de mulheres, estas conseguiram tintas para pintar a casa e alguns móveis para organização do espaço.

Após o mutirão de limpeza, foi proposto, por parte da COPTec, que se construísse nos fundos da casa uma horta pedagógica de plantas medicinais na forma de mandala. A horta foi construída, assim como a limpeza da casa a partir de um mutirão que envolveu toda a equipe técnica e a comunidade do assentamento.(Figura 2).



Figura 2 – Mutirão de Organização da Horta de Plantas Medicinais

Fonte: trabalho de campo, 2010.

Foi então a partir dos debates o Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA) que o debate de geração de renda com as mulheres do assentamento ganhou força e possibilidade de concretização, pois as mulheres participaram do diagnóstico das demandas do assentamento, ajudando a refletir sobre suas realidades concretas e suas necessidades específicas existentes.

Foi após esse debate que as mulheres do assentamento decidiram fazer uma festa, com almoço, a fim de arrecadar fundos para melhor estruturar a casa que estavam organizando.

A festa foi realizada e foi um sucesso. Todo o almoço foi vendido, teve música à tarde e tudo que havia para comercialização foi comercializado. Com a festa foram arrecadados cerca de mil e quinhentos reais que foram investidos em um forno industrial usado e utensílios domésticos para equipar a casa das mulheres.

Paralelo a isso, as oficinas mensais e os debates e formações com o grupo de mulheres seguia. Durante o mês de maio de 2010 foi realizada uma reunião com o grupo de mulheres do Assentamento, onde se construiu coletivamente um nome para o grupo e após uma proposta de simbologia para este. O nome construído para o grupo de mulheres foi “Grupo de Mulheres Camponesas Mãos Unidas” e o símbolo construído tem a ver com o nome.(Figura 3).



Figura 3 – Símbolo do Grupo

Fonte: trabalho de campo, 2010.

Nos dias 09, 10 e 11/07/2010 tivemos a participação na 17ª Feira Internacional do Cooperativismo em Santa Maria, esta ação foi articulada junto aos grupos de mulheres durante o mês de junho para que estas encaminhassem os produtos e se organizasse de tal forma que tivéssemos representantes de cada um dos grupos na feira. Então organizamos a participação desta forma, conseguimos transporte dos produtos e das mulheres para Santa Maria e estas após chegarmos lá e instalarmos a banca conseguiram se autogestar e conduzir o processo durante toda a feira, a participação da COPTec foi apenas de apoio e apresentação da própria prestadora. Após o término da feira conseguíamos visualizar apesar do cansaço, muita alegria pelo fato de terem representado a Reforma Agrária com uma banca repleta de produtos, que contribui para reafirmar a importância desta e as mulheres compreenderam isso. Além disso, tivemos demonstrações de comprometimento coletivo e solidariedade neste processo de aprendizado de 3 dias. As mulheres do Grupo Mãos Unidas estiveram presentes na Feira, encaminhando uma representante e os produtos (pães, bolachas, cucas, artesanatos).

A COPTec realizou ao final do mês de julho de 2010 uma atividade de apresentação dos produtos da Reforma Agrária para degustação, em um café da manhã na sede da própria cooperativa a fim de sensibilizar o poder público local

para a qualidade dos produtos provenientes dos assentamentos e a partir de então absorção destes pelo PNAE junto à Prefeitura Municipal de Tupanciretã. Nesta atividade as famílias também foram mobilizadas para trazerem seus produtos. Durante esta atividade as famílias, juntamente com a equipe técnica da COPTEC de Tupanciretã conseguiram visualizar alguns entraves específicos para a compra dos produtos para o programa, sendo um deles uma resistência político/técnica junto à Secretaria de Educação do Município. Apesar disso avaliamos que o processo avançou a partir desta demonstração, pois foi aberto novo edital de compra incorporando produtos que antes não haviam sido levantados, tais como os produtos da Agroindústria UNI/ Cooperterra, pães e bolachas caseiras, bergamotas, laranjas, etc...

No mesmo mês foi realizada uma degustação dos produtos da reforma agrária com as diretoras de escolas estaduais do município e o interesse foi grande por parte das escolas, que ficaram de fazer as encomendas. (Figura 4).



Figura 4 – Café da Manhã para Demonstração dos Produtos da Reforma Agrária.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Passou-se então a correr contra o tempo a fim de estruturar um espaço para pedir inspeção sanitária para organização de uma padaria coletiva na sede do

Assentamento Conceição juntamente ao “Grupo de Mulheres Camponesas Mãos Unidas” para produzir para o PNAE.

Ainda durante este mês as mulheres do Grupo de Mulheres “Mãos Unidas”, junto com outras mulheres de outros assentamentos de Tupanciretã foram levadas para visitar e conhecer a experiência do “Coletivo Mãe Terra” em Jóia, no PA Rondinha, onde elas têm uma padaria estruturada. Nesta visita as mulheres de Tupanciretã conseguiram visualizar uma experiência que está dando certo perto delas e com baixos investimentos, fruto do trabalho e da organização das próprias mulheres que compõem o grupo. (Figura 5).



Figura 5 – Visita dos Grupos de Mulheres de Tupanciretã ao grupo Coletivo Mãe Terra, PA Rondinha, Jóia, R.S.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

A partir do mês de julho o acompanhamento do Grupo de Mulheres Camponesas “Mãos Unidas” passou a se dar de forma mais efetiva. A partir do momento que elas visitaram a padaria de Jóia, voltaram muito empolgadas. Nesse mesmo período o processo do PNAE em Tupanciretã começou a andar, logo teria espaço para colocar os pães, bolachas e massas no programa e foi assim encaminhado, elas reuniram-se duas vezes e resolveram assumir o PNAE, embora o grupo tivesse cerca de 20 mulheres, apenas 13 se interessaram de fato por gerar

renda. Na segunda reunião, apenas 7 se mantiveram interessadas e de fato assumiram o processo.

Após alguns debates, decidiram que valia a pena legalizar o espaço de produção, pediram que a equipe técnica agendasse com um responsável pela vigilância sanitária local para que este orientasse as adequações necessárias e a partir destas o espaço foi reformado, conseguiram a liberação com termo de ajuste de conduta.

Então no mês de agosto de 2010 realizou-se uma reunião para conversar sobre os equipamentos, fizemos alguns debates sobre as demandas e as capacidades que os equipamentos deveriam ter. Elas fizeram um empréstimo em um banco e os equipamentos foram comprados. A produção começou, embora com alguns problemas internos, de organização do trabalho e de relações. (Figura 6).



Figura 6 – Primeiros dias de produção.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Das sete companheiras que começaram o grupo, uma desistiu na segunda semana em função do seu marido se negar a ficar com as crianças.

Em outubro realizou-se uma reunião junto ao Grupo de Mulheres Camponesas Mãos Unidas após o início do processo produtivo. Esta atividade foi

muito importante, pois foi com as seis mulheres que se organizaram em torno da padaria no assentamento e da produção de pães de forma coletiva, a fim de suprir a demanda destes produtos para o PNAE. Neste dia a reunião foi para tentar resolver alguns problemas internos que estavam ocorrendo em função das dificuldades de organização e gestão do trabalho de forma coletiva e também comunicaram a COPTec da decisão do nome da Padaria: Novos Horizontes, em homenagem ao técnico Roberto Carlos Lima da Silva, que sempre falava para elas da possibilidade de construção de novos horizontes, mais amplos.

Durante o mês de novembro realizou-se um curso através do Programa Leite Sul e acompanhado pela Coptec no Assentamento Conceição, durante os dois primeiros dias deste curso as atividades foram sobre a importância da coletividade, com o intuito de fortalecer a cooperativa e o grupo de mulheres existente e também sobre boas práticas de produção de alimentos, a fim de aprimorar as produções dos produtos existentes neste PE para comercialização e fortalecer a padaria, onde no segundo dia tiveram o curso de Boas Práticas de Produção com o SOMAR. No terceiro dia o debate se deu em torno da produção de leite e do planejamento de pastagens.

Também foi realizada uma oficina para visualização da viabilidade econômica da padaria, com uma assessoria de Porto Alegre, onde conseguiu-se visualizar que com a quantidade de produtos a serem produzidos e as dívidas adquiridas no processo.

Neste mesmo mês a padaria, denominada Novos Horizontes, recebeu a visita da assessoria de imprensa do INCRA a fim de conhecer a experiência das mulheres e do grupo da padaria, o que foi bem interessante, as próprias mulheres contaram suas histórias talvez, até aquele momento, esta tenha sido uma das atividades mais importantes para que o grupo se sentisse reconhecido.

As mulheres se fortaleceram enquanto grupo, se reunindo uma vez por semana e discutindo questões internas, sem necessariamente o acompanhamento da COPTec.

Durante o mês de março de 2011 a equipe técnica da COPTec chamou uma reunião com o grupo de mulheres que gesta a padaria do Assentamento Conceição a fim de conversar sobre os problemas existentes junto à Cooperterra, neste mês a direção da Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra de Tupanciretã (Cooperterra) acabou decidindo por não dar seguimento às entregas dos produtos

da padaria para o PNAE pelo cnpj da Cooperterra, as justificativas foram muitas, inclusive o alto custo para realizar este processo via cooperativa.

No início do mês, a direção da Cooperterra reuniu-se com a COPTEC para discutir questões referentes ao PNAE, nesta reunião a equipe técnica da COPTEC foi informada da decisão tomada. Após esta reunião os dirigentes foram fazer a conversa com o grupo de mulheres a fim de acabar com a parceria estabelecida.

Porém na metade do mesmo mês teve assembléia para eleição dos novos dirigentes da Cooperterra e a intervenção das famílias que estavam descontentes com algumas decisões se deu e novos dirigentes foram empossados, desta forma o diálogo foi retomado. A intervenção das mulheres da padaria neste processo foi determinante para organização do processo de retomada da cooperativa.

Ainda neste mês, o grupo tirou uma mulher para representá-lo na Luta do dia 8 de março. Isso se deu em função delas se sentirem parte da organização do MST e sentirem a importância de manter o respaldo junto ao movimento.

No final do mesmo mês uma nova conversa do grupo de mulheres e com o novo representante da direção da cooperativa foi realizada, onde foi decidido retomar o PNAE tanto para os hortifrutis quanto para a padaria, porém com uma porcentagem paga pelos interessados no programa para custear uma pessoa para tocar a burocracia do programa.

Além disso, nessa mesma reunião apontou-se para a realização de uma feira de mostra de produtos da Reforma Agrária para os dias 20 e 21 de abril na praça central de Tupanciretã, junto com a tradicional Feira do Peixe organizada pela Cooperterra. Esta Feira foi realizada e os resultados obtidos foram bons, que acabaram demonstrando que Tupanciretã tem espaço e público para absorver a produção das famílias assentadas em feiras. Durante os dois dias foram comercializados mil e quinhentos quilos de peixe e mil e quinhentos reais de produtos diversificados provenientes dos assentamentos do município. O grupo de mulheres comercializou cerca de setecentos e cinquenta reais.



Figura 7 – I Mostra da Reforma Agrária e Feira do Peixe de Tupanciretã.  
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Em função das demandas produtivas o grupo, a COPTec passou a ter uma certa dificuldade de propor atividades coletivas para o grupo por este apresentar pouca disponibilidade de tempo.

Após a retomada do diálogo com a Cooperterra uma das mulheres, que não era sócia da cooperativa decidiu por se retirar do grupo. Os motivos nunca ficaram claros para o coletivo.

Tentou-se marcar inúmeras atividades para este período com o grupo a fim de tentar compreender a situação, porém houve negativas por parte delas.

Então, no final de maio elas fizeram, por si, contato com a EMBRAPA e conseguiram agendar um curso de panificação junto ao órgão para o mês de junho. A própria equipe técnica foi pega de surpresa neste sentido, não esperava um curso com a EMBRAPA e ainda agendado pelo próprio grupo.

Teve então uma reunião com os representantes da EMBRAPA, onde por acaso a COPTec estava no local e se fez presente. Porém o grupo compreendia que o curso seria realizado apenas para as cinco componentes da padaria. A explicação da EMBRAPA foi de que não era possível realizar o curso para um número menor do que vinte mulheres. Neste sentido a COPTec assumiu a organização e mobilização da atividade.

Foram feitas fichas de inscrição, a fim de saber o número de mulheres do próprio assentamento que iria participar para garantir no número. Também foram garantidas duas vagas para as interessadas do assentamento vizinho.

As mulheres do próprio assentamento ocuparam todas as vagas para o curso. A estrutura necessária para realização do mesmo foi trazida da casa de cada uma. A realização deste se deu no salão da comunidade e não na padaria. Isso, um pouco em função do espaço, mas também em função de uma certa dificuldade de relação existente entre o grupo da padaria e as demais mulheres do assentamento.

Durante o curso, além de terem sido feitas as receitas, também foi conversado sobre os tipos de farinha, os valores nutricionais dos produtos, a importância da higiene na produção e sobre o quanto as cooperativas e a pequena agricultura devem ter maiores cuidados na produção para o PNAE em função de ser esta uma grande fatia de recursos públicos que está sendo apropriada neste momento.



Figura 8 – Curso de Panificação com a Embrapa.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Após o curso, a Cooperterra conseguiu junto à Prefeitura Municipal o transporte para os produtos até a sede do município, tanto para a merenda das

escolas municipais quanto para as estaduais. Esta foi uma grande conquista da cooperativa, pois o valor do frete dos produtos até a sede do município acabava quase inviabilizando a produção.

Além disso, a nutricionista da Prefeitura passou a visitar o espaço da padaria ao menos uma vez por mês, o que acaba gerando certo comprometimento por parte do grupo e um respaldo por parte do município.

A participação na Feira Internacional do Cooperativismo, nos dias 8, 9 e 10 de julho de 2011 por parte do grupo, foi bastante difícil, elas não conseguiram se fazer presentes. Decidiram apenas por enviar os produtos para que fossem comercializados pelas pessoas que foram para a Feira. Enviaram produtos frutos das receitas aprendidas no curso da EMBRAPA, diferenciando-se dos demais produtos enviados. Todos os produtos foram comercializados, porém, o que levou-as a mandar produtos foi o comprometimento político com a Cooperterra, a COPTec e o MST, e não a necessidade de comercialização.

O PNAE em Tupanciretã acabou se transformando em uma linha de produção a ser fortalecida pela regional do MST, orientada como estratégica tanto para a COPTec quanto para a Cooperterra. Neste sentido foi iniciado um processo de formação específico para as pessoas que fazem parte neste grupo de produção, no qual as mulheres do grupo se incluem. Pelo menos uma vez por mês os produtores têm que vir até a sede da cooperativa para participar da reunião.

O grupo, pelo fato da grande demanda de produtos, acaba por deixar de priorizar reuniões de organização, formação e encaminhamentos de processos fundamentais como é o caso da elaboração de um regimento interno que possa estar orientando práticas das integrantes no espaço de trabalho e em caso de desistência.

No final do mês de julho um grupo de mulheres assentadas no município de Salto do Jacuí veio para Tupanciretã, para o Assentamento Conceição, conhecer a padaria Novos Horizontes e o grupo de mulheres. Este grupo é assistido pela EMATER, vieram além das mulheres assentadas, duas técnicas da equipe responsável pelo assentamento em questão.



Figura 9 – Visita do Grupo de Mulheres de Salto do Jacuí e da EMATER à Padaria Novos Horizontes.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Esta visita foi repetida, por outro grupo de mulheres acompanhado pela mesma equipe técnica no início do mês de agosto. Nesta atividade elas se sentiram referências para as demais mulheres e isso parece ter ajudado na compreensão da importância delas como referências para outros grupos de mulheres.

Neste segundo semestre estão mantendo a produção, com alguns problemas, como alguns produtos não estarem no padrão desejado pelas professoras, diretoras, merendeiras, principalmente com relação a massa caseira que acaba por ficar escura, algumas vezes, em função da farinha de trigo utilizada. Outro problema que irão enfrentar em breve será a reavaliação da vigilância sanitária, que no ano passado concedeu um termo de ajuste de conduta para liberação do local. Porém, estão organizando e planejando melhoras na estrutura física.

O preconceito vivenciado nas primeiras entregas está em parte superado. O curso da EMBRAPA ajudou a dar uma qualidade melhor e mais padronizada principalmente para os pães e abriu a possibilidade de entrar no PNAE para o próximo ano com um produto diferenciado e com maior valor nutricional que são os

pães com adição de verduras e legumes, essas são possibilidades que estão sendo construídas para o próximo ano.

Porém, nas últimas vezes que ocorreram reuniões com o grupo, todas elas chegaram a citar a vontade de desistir, em função de problemas internos e desgaste físico. O trabalho coletivo não é fácil de ser construído, a sociedade tenta a todo o momento nos empurrar para a individualidade, mas estes focos de resistência devem ser fortalecidos.

### 5.3 Discussão dos resultados obtidos

A trajetória de vida de cada uma das mulheres que compõem o grupo da padaria Novos Horizontes do assentamento Conceição não se diferencia das trajetórias das demais mulheres da classe trabalhadora, senão pelo fato de terem feito a escolha por lutar por um pedaço de terra para produzir ou, como é o caso de duas, das cinco, que apesar de não terem “vivido o período do acampamento” como elas mesmas dizem, resistem em um lote de terra, dentro de um assentamento, ao lado dos seus familiares a fim de ter uma vida melhor. Porém foram além de simplesmente permanecer na terra, se organizaram para produzir coletivamente, ousaram sonhar, sonharam e construíram o sonho coletivo, com todos os prazeres, desafios e problemas que o trabalho coletivo pode trazer.

As mulheres desse grupo têm se desafiado a construir dentro das suas relações pessoais novas relações de gênero, pois é através dessas novas relações construídas dentro de suas casas, através da divisão das tarefas domésticas com seus cônjuges, que se fez e se faz possível o trabalho coletivo, como mostra a fala de uma dessas mulheres em um diálogo informal:

*“É importante, tá sendo importante. Eles estão aprendendo a se virar sozinhos em casa. E a gente se distrai e é uma renda a mais que entra.” (AFK)\**

Nessa fala dela, fica claro também o sentido de processo de construção dessas novas relações, pois além de citar que os maridos estão “aprendendo” (que cita o processo como educativo), também fala da questão econômica, da renda extra que entra.

A mesma entrevistada em outro momento cita que o marido lhe alcança “o prato de comida servido”, coisa que antes nunca ocorreu. Essa fala também tem um significado muito importante, pois cita uma questão específica do dia-a-dia extremamente relacionada ao papel de mãe e mulher, o prato servido alcançado aos seus... Por isso esta fala tem um significado bem importante de demonstração de novas relações sendo construídas.

Outra fala importante, foi a de uma das mais novas do grupo com relação ao seu trabalho:

*“É importante, o meu marido percebeu que sou bem trabalhadora.” (MNC)\**

Nessa fala ela, sobre sua vida e a visão do seu marido sobre sua pessoa, ela mostra uma questão muito esquecida e quase nunca citada, do respeito que se adquire quando a tarefa desempenhada não é mais só doméstica, lembrando que na sociedade em que vivemos as tarefas domésticas são menosprezadas e muitas vezes, como diz Faria, 2002, quase invisíveis. Ela precisou sair de casa, trabalhar fora e ter a própria renda para que o marido, e a sociedade, vissem o quanto ela é “trabalhadora”.

A mesma entrevistada ainda respondeu a questão de número 02 do questionário semi-estruturado, sobre o que fez com o dinheiro das sobras do ano de 2010, da seguinte forma:

*“Uma área na casa e ficou bem bonito, uma vitória, meu primeiro salário.” (MNC)\**

Mostrando o investimento das sobras do ano anterior na família, uma forma de mostrar a importância do seu trabalho para sua família e para a comunidade onde vive além de melhorar o conforto da residência.

Essa entrevistada também cita em um diálogo informal que hoje seu marido até “amarra o cabelo” de sua filhinha de 4 anos, a qual ele cuida para ela poder trabalhar na padaria.

Porém pelo menos uma das mulheres que fazia parte do grupo e uma que não chegou a entrar, não o fizeram pelo fato de não terem com quem deixar as crianças. Os maridos não se propuseram a cumprir com essa tarefa e isso as

obrigou a não seguir no coletivo. Isso mostra um limite do grupo, que poderia, pela experiência que tem o próprio MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), tentar organizar um espaço de cuidado coletivo para as crianças. Isso poderia inclusive desonerar os cônjuges delas de cuidar das crianças e das próprias tarefas produtivas ao mesmo tempo. Porém, talvez por falta de maturidade ainda, o coletivo não conseguiu dar essa resposta.

Outro limite encontrado neste sentido é o fato das relações de gênero estarem mudando mais rapidamente dentro das suas famílias do que nos espaços políticos de tomada de decisão. Isso fica claro na fala da entrevistada que cita que elas são muito mais cobradas pela Cooperativa do que os demais sócios que comercializam produtos para o PNAE através da Coperterra:

*“Nós temo que ser perfeitas, não podemos errar nunca.” (JAC)\**

Essa fala está relacionada ao fato de terem faltado a uma reunião de formação realizada pela cooperativa para os produtores do PNAE, mas também fala de alguns problemas internos que elas encontram com relação às questões burocráticas que muitas vezes não ficam claras para o grupo. Outro fato que demonstra esse limite das relações de gênero dentro da cooperativa é quase ausência de mulheres na estrutura organizativa dessa, senão pela presença de uma secretária. Porém elas também não conseguiram se desafiar, mesmo convidadas, a participar do Conselho da Cooperativa com uma representante.

Compreendendo que estes processos são lentos, por tratarem de questões profundas da sociedade, o grupo conseguiu avançar bastante nesta questão em um curto espaço de tempo, não enquanto coletivo em si, mas nas relações pessoais de cada uma.

Outra questão importante nesse sentido, das novas relações e da consciência disso é que elas acabam por perceber que estão sendo exemplo para as demais mulheres do assentamento e da região, como cita a fala da entrevistada em resposta a pergunta 06 do questionário semi-estruturado:

*“Sim. Por que as demais têm que fazer como nós fizemos, tira as idéias machista dos homens que não deixam as mulheres trabalhar.”(ASN)\**

Isso também entra na questão da auto-estima dessas mulheres e do protagonismo construído e vivenciado por elas. Quando elas passam a ser referências para outros grupos e passam a ser visitadas por esses, não respondem apenas por elas, respondem pelo assentamento, pela cooperativa e pelo MST, isso além de responsabilidade com o que fazem, também traz orgulho e valorização, como mostra essa outra fala, do filho de uma delas, de 11anos em um diálogo informal:

*“Eu fiquei orgulhoso de minha mãe sair no jornal, mas orgulhoso mesmo eu fico quando meus colegas dizem:  
- Que bom esse pão.  
E eu respondo com muito orgulho:  
- Foi minha mãe que fez.”  
(DAC)\**

Nessa fala está contida uma questão de fundo, pois quando as famílias assentadas chegaram a Tupanciretã, foram muito discriminadas. Sofreram vários tipos de preconceitos. As crianças vivenciaram isso de uma forma muito dura nas escolas, eram os filhos dos colonos que ninguém queria nas classes e tinham dificuldade de inserção nas turmas.

Hoje, com o PNAE, essa realidade é transformada, além é claro do processo de consolidação dos assentamentos na região. Mas essa fala mostra que o orgulho da mãe fazer a merenda que os colegas comem é bem maior do que da mãe aparecer no jornal como exemplo, pois ela passa a ser o exemplo vivo e diário.

Essa questão também está demonstrada na fala de um dirigente da Coperterra em um diálogo informal:

*“minha filha de 11 anos hoje tem orgulho de comer o que nós produzimos nos lotes da reforma agrária de merenda na escola, isso faz ela ter orgulho de ser assentada, ao contrário de quando nós chegamos aqui que nossos filhos eram discriminados na escola por ser filho de assentado.” (RM)\**

Ele se refere ao PNAE e aos produtos que a cooperativa entrega nas escolas, que vai além dos produtos da padaria, e falava da importância de se criar um selo para estes produtos a fim de identificá-los para a sociedade em geral como oriundos da Reforma Agrária.

O PNAE acaba por desenvolver elementos subjetivos que talvez sejam mais importantes do que a viabilidade econômica das famílias ou grupos. Nessa fala fica

muito claro que a importância desta política é bem maior do que apenas a viabilidade econômica dos lotes e das famílias.

Ainda sobre a auto-estima, em um aspecto mais feminino, observa-se no semblante das componentes do grupo uma mudança nas expressões, apresentam, apesar de se dizerem mais cansadas, um semblante mais feliz, todas elas. Sentem-se importantes para o trabalho e para a sociedade, isso fica claro ainda na fala da entrevistada:

*“Acho que sou mais valorizada hoje, tenho meu papel lá dentro.”(JAC)\**

O trabalho coletivo também propiciou a compreensão, a partir da prática, da relação que se estabelece com o trabalho não alienado e a vivência dos prazeres dele, isso fica claro na fala de uma das integrantes do grupo:

*“Quando acabamos a primeira encomenda, para a primeira entrega, tive vontade de chorar quando vi os pães indo embora...” (AFK)\**

Isso reflete a relação diferenciada estabelecida com o produto fruto do trabalho, sendo essa relação possível apenas em um trabalho onde o trabalhador ou a trabalhadora compreenda o processo como um todo, desde o seu princípio, nesse caso a produção dos pães, até a sua finalidade, no caso a comercialização para a alimentação escolar.

Essa relação diferenciada nas relações de trabalho também se mostra presente na resposta de MNC\* para pergunta sete do questionário semi-estruturado:

*“É coletivo, não fica só uma trabalhando, não é tão cansativo e no fim da tarde tá tudo pronto. Se tivesse patrão não seria tão bom, e pegamos pessoas brutas provecidas. Eu trabalhei quando meus filhos eram pequenos eu peguei gente boa, mas também pequei gente ruim, só que quando viuvei não deu mais certo, começaram a me ralhar, me xingar.”(MNC)\**

Essa resposta demonstra o quanto o trabalho na padaria se diferencia dos demais trabalhos vivenciados por essa entrevistada, pelo fato de ser coletivo e principalmente pelo fato de não ter patrão. Sendo características da economia solidária identificadas nas entrevistadas, o fato de não terem patrão, de trabalharem com prazer e carinho pelo que fazem, também de trocarem experiências entre elas e de estarem ligadas a uma cooperativa com mais sócios. A troca de saberes está

presente em muitas das falas das entrevistadas, como a resposta da entrevistada à pergunta 07:

*“O que uma não sabe a outra sabe, o rendimento é maior, quando uma desanima outra se anima, para falar a verdade é melhor viver assim do que antes, se não fosse o trabalho talvez eu não morasse mais aqui, por que não é fácil. Cheguei e não conhecia ninguém as pessoas não gostavam de mim por que prefiro conhecer para me entregar para a amizade, sou fechada.”*  
(FGR)\*

Outra fala, de diálogo informal, que demonstra a mesma questão é a seguinte:

*“Quando nós começamos não sabíamos nada, nem as receitas, nisso não importa se somos novas ou velhas, o que importa é o tempo de trabalho, como ele a gente ganha a experiência”.*  
(JAC)\*

E ainda a mesma entrevistada, respondendo a pergunta 04 do questionário, faz a seguinte reflexão:

*“Com certeza, dá mais força, mais mão-de-obra, se fosse sozinha... A padaria exige mão-de-obra e todos e ninguém é patrão”.*  
(JAC)\*

Demonstrando a valorização do coletivo e da organização delas.

Outro ponto citado por elas nas entrevistas quando questionadas sobre as maiores vantagens do trabalho coletivo foram as amizades e o companheirismo que acaba se formando entre elas, como demonstra a fala de uma das entrevistadas em resposta à questão de número 03:

*“O companheirismo, muda bastante coisa eu nunca pensei que eu iria sair quatro vezes por semana para trabalhar. A gente aprende bastante na convivência do dia-a-dia. Conhece melhor as companheiras.”* (AFK)\*

Porém quando questionadas quais as maiores dificuldades desse tipo de trabalho, foram unânimes em dizer que aprender a conviver no coletivo é o mais difícil, o convívio diário, as diferentes culturas, diferentes costumes, diferentes receitas... Tudo isso tendo que chegar a um denominador comum a fim de construir um parâmetro de produção. Essa avaliação é demonstrada nas diferentes falas das

entrevistadas respondendo à questão sobre qual a maior dificuldade do trabalho coletivo:

*“Harmonizar os pensamentos, o convívio coletivo, tem dias que a gente não ta muito boa da cara.”*  
(JAC)\*

*“Os stress, as vezes os problema de casa são trazidos, descontamo umas nas outras, mas isso passa. As vezes umas não aceitam falar sobre algumas coisas aqui dentro... Somos senhoras idosas (risos).”*  
(AFK)\*

Também é perceptível que não terem organizado um regimento interno contribui para maximizar os problemas de convivência existentes entre elas, pois dessa forma o documento poderia prever algumas situações vivenciadas e as providências que deveriam ser tomadas. Isso se torna mais grave pelo fato delas não estarem conseguindo tirar tempo para reuniões periódicas de avaliação e organização, em função da grande demanda produtiva existente. Embora não tenha aparecido como problema diretamente nas entrevistas a falta de tempo para organização interna e avaliação, a observação do grupo e dos problemas vivenciados demonstra isso.

Talvez o principal elemento de economia solidária existente no grupo, além do trabalho coletivo, é o fato de estarem ligadas à cooperativa, o que as torna ligadas em uma rede e a uma instância organizativa da produção em diferentes linhas produtivas. Sobre esta relação estabelecida, existe uma consciência muito grande da importância da mesma para o grupo e para o desenvolvimento do PNAE, isso é demonstrado nas falas abaixo, em resposta à pergunta de número 08 do questionário semi estruturado:

*“Tenho que admitir que sem a Cooperterra nós não saia do chão, e para a cooperativa também é bom, porque surgiu para nos ajudar, é o que sempre sonhamos para uma cooperativa.”*  
(JAC)\*

Essa fala demonstra uma satisfação grande com o rumo que a cooperativa está tomando, diversificando as linhas de atuação e fortalecendo as linhas produtivas priorizadas pelas famílias.

No sentido do reconhecimento da importância da Cooperterra para o grupo está a resposta abaixo:

*“Importante, sem ela a gente não conseguiria.”(ASN)\**

Estas respostas demonstram o que já havia sido citado, a consciência sobre a importância da organização coletiva ir além de um grupo de seis mulheres para produzir pães. Esta consciência fica explícita em todos os espaços onde elas apresentam sua experiência, as falas das componentes do grupo sempre citam a importância da cooperativa e do MST para suas vidas e para o grupo, sempre a referência é de que se fossem sozinhas não conseguiriam nem terra para dela sobreviver.

## 6 CONCLUSÃO

O desafio de concluir o curso de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo escrevendo um trabalho de conclusão foi bastante difícil, porém muito proveitoso e compensatório. Escrever sobre o cotidiano o próprio trabalho traz a possibilidade de refletir sobre ele de forma mais profunda e modificar a prática a partir das reflexões feitas.

Quando o objeto de estudo foi definido, a opção por um estudo de caso do grupo de mulheres da Padaria “Novos Horizontes” fez com que o acompanhamento ao grupo por parte da COPTec se tornasse mais efetivo, embora a relação sempre tenha sido próxima, estreitou-se ainda mais. O problema de pesquisa identificado foi o de compreender quais os principais fatores que dificultam a continuidade do grupo e quais as potencialidades existentes para a continuidade dele.

Neste sentido, os objetivos foram de buscar entender o que levou o grupo a produzir coletivamente, quais os fatores internos e externos que influenciam na organização do grupo e buscar elementos que contribuam para fortalecimento e ampliação desse processo.

Como citado anteriormente, existem cerca de dez grupos de mulheres na região, porém o grupo que melhor respondeu no sentido de geração de renda foi este. Desde o início, o grupo se propôs a discutir, realizar oficinas, compreender as formas de economia solidária e geração de renda.

Acredita-se que pelo fato deste grupo desde o início sempre ter demonstrado uma maior afinidade do que os demais com a questão de geração de renda e economia solidária, o trabalho da COPTec com o grupo foi norteado neste sentido. Além disso, a organização interna do assentamento e a identidade das famílias deste com a Coperterra e com o MST facilitaram a organização dos espaços de debate do PRA (Plano de Recuperação dos Assentamentos). Talvez este tenha sido o único assentamento onde de fato se mexeu com o sonho das famílias durante os debates do PRA e a elaboração dos planos e programas.

Durante os debates do PRA discutiu-se o que se queria com o grupo de mulheres e as repostas vieram mais uma vez em torno da geração de renda. Paralelamente a estes debates também se construía a possibilidade de implantação

do PNAE no município. Estes elementos juntos ao protagonismo e a coragem das mulheres do grupo construíram a possibilidade de realização do sonho destas seis mulheres, que no princípio eram oito. Desta forma, acredita-se que estes foram os principais fatores que diferenciaram este dos demais grupos, que acabaram contribuindo para a maturidade do grupo em gerar renda.

Dentro dos fatores internos que potencializam o grupo, um deles é a consciência que suas integrantes têm da importância do trabalho coletivo, essa questão aparece nas falas de praticamente todas as entrevistadas, quando citam que sozinhas não teriam começado essa atividade, que só foi possível em função da coletividade.

A grande demanda de produtos via PNAE trouxe a viabilidade econômica para a padaria, porém o excesso de demanda também trouxe uma grande dificuldade de organização para elas. As reuniões periódicas de organização e planejamento futuro do grupo acabaram se reduzindo. Em conjunto com a COPTEC as reuniões pararam de acontecer com periodicidade, eventualmente ainda são agendadas para resoluções de problemas pontuais.

Com relação à desistência de duas componentes do grupo, estas se deram por motivos diferentes. A primeira delas se deu em função do seu marido, diferente da maioria dos demais maridos das “meninas” da padaria, não ajudar e não se propor a ficar com as crianças para que ela continuasse no grupo. A segunda, embora sem conseguir entrevistá-la, demonstrou em diálogos informais, divergências com a Coperterra, da qual era a única não associada, e desistiu a partir do momento que se reafirma a relação de parceria da padaria com a cooperativa. Foi uma grande perda no sentido da mão-de-obra e da compreensão prática das tarefas.

A avaliação é de que grande parte dos problemas internos visualizados poderiam ser resolvidos através de reuniões mais frequentes e mesmo da elaboração de um regimento interno que pudesse prever condutas para problemas tanto de produção quanto de relação. Porém durante este ano essa não foi a prioridade das mulheres e tiveram muitos problemas em função disso. Como a vivência traz o aprendizado, existe um apontamento para, nos meses de férias escolares, realizarem reuniões de organização interna, formação e construção de um regimento interno. Esse processo no período de férias pode amenizar muitos problemas existentes, também pode chegar a resolver alguns deles, porém se não

se organizarem para uma reunião de planejamento e de avaliação periodicamente os problemas tendem a reaparecer.

Outra questão importante que podemos concluir neste processo foi a confiança e independência conquistadas pelo grupo, avaliados também como fatores internos que influenciam positivamente na organização do grupo. Esse fato fica claro quando procuram a EMBRAPA e por conta própria, através de um direito, marcam um curso de panificação junto ao órgão para o assentamento. Em um segundo momento solicitam que a COPTec contribua nos encaminhamentos práticos do curso, tais como fichas de inscrição, levantamento de equipamentos necessários, materiais de consumo... Isso mostra que o grupo atingiu uma maturidade e autonomia tal que mesmo que a equipe de assistência técnica não esteja lá, o grupo continuará a existir e a procurar seus direitos.

Durante o processo de venda dos produtos da padaria para o (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar deste ano a padaria conseguiu ganhar a confiança das escolas e do poder público local, tanto pela qualidade dos produtos quanto pela seriedade do trabalho no que diz respeito às entregas.

Além da confiança conquistada, também conquistaram referência enquanto grupo. O fato de serem visitadas por outros grupos como exemplos de organização mexe com a auto-estima delas. Nota-se pelo semblante, quando estão recebendo visitas de outros grupos, o quanto ficam felizes, contentes, orgulhosas... Vestem-se de forma diferente, usam maquiagem e ficam mais bonitas. Elas são exemplos de mulheres lutadoras a ser seguido por outros grupos, sabem disso e se orgulham do fato.

Outro fator externo que tem um significado grande é o fato das mulheres fazerem parte da Coperterra, uma cooperativa com cerca de 300 sócios, isso quer dizer que não estão isoladas em um grupo de produção de apenas 6 pessoas. O fato de serem sócias de uma grande cooperativa e comercializarem seus produtos a partir dela fortalece-as politicamente. Neste sentido, a cooperativa também se fortalece a partir da diversificação dos produtos comercializados. Esse fortalecimento de ambos é compreendido pelas mulheres do grupo e citado por elas nas entrevistas.

Essa relação significa uma reorganização política de um espaço onde historicamente os homens faziam parte e se organizavam, o número de mulheres sócias da cooperativa é muito pequeno e hoje temos um grupo de mulheres que são

produtoras da Coperterra, de um produto diferenciado, que somente elas produzem. Porém uma necessidade existente é de se desafiarem a ocupar os espaços que lhes são de direito e cumprir com seus deveres perante a cooperativa, que embora elas ainda não tenham percebido vão muito além de deveres econômicos, necessitam ocupar espaços, participar de debates e se desafiar a colocar suas posições no sentido de construir novas visões e práticas nos espaços apropriados.

As relações de opressão das mulheres na sociedade são relações muito fortes devem e podem ser rompidas, porém para este fim necessitam de um processo crescente de debate e organização. As cobranças que recebem e percebem da direção da cooperativa, assim como dos técnicos contratados para acompanhar suas ações, são maiores em cima do grupo do que das demais famílias associadas à cooperativa em função da opressão de gênero, do preconceito enraizado em todos os espaços da sociedade, pelo fato de ser um grupo composto somente por mulheres, buscando autonomia e construindo um novo processo de produção. Para que este rompimento ocorra, que elas se façam respeitadas politicamente nos espaços da cooperativa, necessitam tomar consciência da opressão vivida, compreendendo como um problema histórico e social e não pessoal, despersonalizando o debate terão como avançar.

Outro tipo de preconceito vivido pelo grupo é em função de serem assentadas, da identidade Sem Terra. O fato de serem assentadas trouxe muita resistência aos produtos por parte dos quadros de funcionários e docentes das escolas. Muitas vezes ouviram reclamações injustas de seus produtos e comparações com produtos produzidos por outras entidades e até mesmo pessoas. Porém esse processo está bem reduzido como já foi citado, pelo fato do respeito que acabou sendo construído ao longo desse ano.

Conclui-se também que seria muito importante que essa experiência se reproduzisse, que outros grupos seguissem este exemplo a fim de gerar renda de forma coletiva, porém, para que esse fato se efetue, necessita-se de políticas públicas de investimento e incentivo específico junto a estes grupos por parte dos órgãos competentes, infelizmente este processo não depende apenas do protagonismo das mulheres, que é importante, mas não suficiente. Além disso, existem os problemas estruturais históricos enfrentados pelos assentamentos tais como falta de água encanada e estradas em más condições que dificultam o

escoamento de qualquer tipo de produção, em especial as que não têm um sistema já estruturado.

Políticas afirmativas como o PNAE e o PAA facilitam a organização e fortalecimento destes, mas não são por si suficientes para a organização e estruturação dos grupos de produção e comercialização. Surge hoje mais uma possibilidade de incentivo, o Apoio Mulher, uma linha de crédito que se destina às mulheres titulares dos lotes da Reforma Agrária a fim de fortalecer grupos coletivos de produção, com o valor máximo de R\$ 3.000,00 por beneficiária. Existe um apontamento do INCRA para no próximo ano liberar ao menos um projeto desta linha para cada região do Estado do Rio Grande do Sul.

Também no sentido de incentivar os grupos que a equipe técnica de Tupanciretã tem priorizado a organização e incentivo às feiras, pelo fato de acreditar que é a partir da prática e da experimentação dos espaços que surgem as possibilidades de organização coletiva de novos grupos e estes podem reivindicar junto aos órgãos a construção das políticas públicas para este fim.

Porém, também se acredita que o maior avanço construído junto aos grupos de mulheres é possibilidade de construção de novas relações, baseadas na solidariedade, reciprocidade e principalmente a construção do processo de autonomia feminina, e é por isso que a geração de renda é tão importante, pois a real autonomia feminina perpassa pela autonomia econômica.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os sentidos do trabalho autogerido**: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BUTTO, Andréa; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: Lopes, Adriana L.; Butto, Andréa (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária**. A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CARRASCO, Cristina. A Sustentabilidade da Vida Humana: Um Assunto de Mulheres? In: Faria, Nalu; Nobre, Miriam (Orgs.). **A Produção do Viver**: Ensaio de Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2003.

CATTANI, Antonio Davi (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. In: Karl Marx Friedrich Engels, Obras Escolhidas. Vol. 03. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.

FARIA, Nalu. **Mulheres Rurais na Economia Solidária**, In: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/266/Mulheres%20Rurais%20na%20Economia%20Solid%C3%A1ria>

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária**: Uma Abordagem Internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz I. G. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: Gaiger, Luiz I. G. (Org.). **Formas de Combate e de Resistência à Pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GARCIA, Ana Lúcia Silva; PEREIRA, Elizete Alverenga. Protagonismo de mulheres-transpondo as barreiras da dominação. São Leopoldo: **Economia Solidária e Ação Cooperativa**. Vol. 5, nº 01, 2010.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira. **Mulheres na Economia Solidária**: Possibilidade de Reconhecimento e Emancipação Social. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, 2008.

PESSOA, Cleudes; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Economia Solidária e Feminista: Reflexões em Torno da Autonomia Econômica das Mulheres**

RAZETO, Luis. **La Economía de Solidaridad: concepto, realidad e proyecto**; em Coraggio, J.L. (Org.): La Economía Social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas, Colección lecturas sobre Economía Social, Altamira, UNGS, Bs. As.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo, 2002.

Atlas da Economia Solidária no Brasil. Disponível em: <http://www.mte.org.br> e <http://www.anteag.org.br> .

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1- Questionário de Pesquisa de campo**

### **Questionário de pesquisa de campo**

- 1) Como você vê o seu trabalho na padaria para sua família?
- 2) O que você fez com o dinheiro das sobras da padaria no ano passado? O que significou isso para sua família na sua opinião?
- 3) O que mudou na sua vida após o início do grupo?
- 4) Para você o trabalho coletivo é importante?
- 5) O que significa a Coperterra para você e para o coletivo?
- 6) Você acha importante o seu trabalho como exemplo para os demais grupos de mulheres dos assentamentos de sua região? Por quê?
- 7) Quais as principais vantagens que você vê no trabalho coletivo no caso de vocês?
- 8) Quais os principais problemas que você vê no trabalho coletivo no caso de vocês?
- 9) Qual a importância do MST para a organização das mulheres assentadas na sua opinião?